



ACADEMIA MILITAR

Qual a influência da criação do Destacamento Feminino, nas Lutas de Libertação Nacional, para a Emancipação da Mulher em Moçambique?

Autor: Asp Of Al Art. Isidro dos Santos Francisco Penicela

Orientador: Prof^a. Doutora Ana Maria C. Romão L. Bandeira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2012



ACADEMIA MILITAR

Qual a influência da criação do Destacamento Feminino, nas Lutas de Libertação Nacional, para a Emancipação da Mulher em Moçambique?

Autor: Asp Of Al Art. Isidro dos Santos Francisco Penicela

Orientador: Prof^ª. Doutora Ana Maria C. Romão L. Bandeira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2012

DEDICATÓRIA

Á minha família, meus pais em especial, á minha namorada e aos meus amigos. Muito obrigado pelo apoio prestado

AGRADECIMENTOS

Endereço os meus sinceros agradecimentos:

À Professora Ana Romão, minha orientadora, pela forma cuidadosa e dedicada com que orientou este trabalho, sugerindo sempre bibliografia pertinente, o meu muito obrigado.

À Direção do curso de Artilharia na pessoa do Tenente Coronel de Artilharia Élio Santos pelo apoio e disponibilidade.

Às Bibliotecárias da Academia Militar, em particular à Dona Paula, pela forma carinhosa e paciente com que se prestaram a ajudar na busca de bibliografia, a todas vós o meu muito obrigado.

À Sra. Ana Eugénio Cande, minha mãe, por ter auxiliado no contacto com as entrevistadas, o meu muito obrigado.

À Sra. Palmira Velasco, da Associação das Mulheres na Comunicação Social (AMCS), pela amabilidade com que partilhou informação pertinente à realização deste trabalho, o meu muito obrigado.

À sua Excelência, o Brigadeiro Armindo Nhabinde, 2º Cmdt da Academia Militar Marechal Samora Machel em Nampula, pelo apoio prestado, mesmo que condicionado serviu para a efectivação deste trabalho, por isso aqui vai o meu muito obrigado.

À Embaixada de Moçambique, em Lisboa, na pessoa do Adido da Defesa, o Coronel Paradona, pela prontidão com a qual se dispôs a ajudar no que fosse preciso para a realização desta tese, resolvendo todos os assuntos relacionados com a permanência em Portugal durante a realização do curso, o meu muito obrigado.

Não quero deixar de lembrar o Tenente-Coronel Matos Luís, que já não está entre nós. Foi com ele que iniciei este projecto e dele recebi encorajamento, aqui fica a minha sentida homenagem.

A todos os que não mencionei aqui e que direta e ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, aqui vai o meu muito obrigado.

“Eu não sou indiferente às correntes irreversíveis de libertação das mulheres que estão atacando o mundo, esta comoção que está sacudindo cada aspecto de nossas vidas, revela e ilustra nossas habilidades. Meu coração se alegra cada vez que uma mulher emerge das sombras.”

Mariana Bâ (1929 – 1981)

Índice Geral

| | |
|--|-------------|
| DEDICATÓRIA | i |
| AGRADECIMENTOS | ii |
| Índice Geral..... | iv |
| Índice de Tabelas | vii |
| Índice de Gráficos..... | viii |
| Lista de Apêndices | ix |
| Lista de Anexos | x |
| Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas | xi |
| RESUMO..... | xiii |
| ABSTRACT..... | xiv |
| | |
| Capítulo 1 - Introdução..... | 1 |
| 1.1. Contextualização da Investigação | 1 |
| 1.2. Enquadramento | 1 |
| 1.3. Importância e justificação do tema | 2 |
| 1.4. Definição dos objetivos..... | 3 |
| 1.5. Metodologia | 3 |
| 1.6. Enunciado da estrutura do trabalho..... | 5 |
| | |
| Capítulo 2 - Mulheres e Luta Armada | 7 |
| 2.1. Masculinidade, feminilidade e guerra | 7 |
| 2.2. Evolução das modalidades de participação feminina nas guerras | 9 |
| 2.3. A participação das mulheres nos movimentos revolucionários em África..... | 12 |
| 2.3.1. Generalidades | 12 |
| 2.3.2. Guiné-Bissau | 14 |
| 2.3.3. Angola..... | 15 |

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 3 - A Participação das Mulheres no Movimento de Libertação em Moçambique | 18 |
| 3.1. A luta armada de libertação nacional | 18 |
| 3.2. As mulheres nas sociedades tradicionais moçambicanas..... | 19 |
| 3.3. A criação do Destacamento Feminino | 21 |
| 3.4. Perspetivas de igualdade de género..... | 23 |
| 3.5. O papel da Organização da Mulher Moçambicana | 25 |
| 3.6. Heroínas da luta armada..... | 26 |
| 3.7. Memórias de Protagonistas | 28 |
| 3.7.1. Testemunhos de entrevistas diretas | 28 |
| 3.7.2. Testemunhos de excertos de entrevistas colhidas em fontes documentais.... | 30 |
| | |
| Capítulo 4 - A Situação Atual das Mulheres em Moçambique | 32 |
| 4.1. Políticas sociais para a igualdade de género | 32 |
| 4.2. As mulheres no ensino | 33 |
| 4.2.1. Taxa de Analfabetismo..... | 34 |
| 4.2.2. Taxa bruta de escolarização no ensino primário e secundário | 34 |
| 4.2.4. Taxas de conclusão escolar no ensino primário e secundário | 35 |
| 4.2.5. Matriculados e graduados no ensino superior | 35 |
| 4.3. As mulheres no mercado de trabalho | 36 |
| 4.3.1. População economicamente ativa e áreas de atividade | 36 |
| 4.3.2. Taxas de emprego e de desemprego..... | 37 |
| 4.3.3. As mulheres no sector informal..... | 38 |
| 4.4. As mulheres na política..... | 39 |
| 4.5. As mulheres nas Forças Armadas | 40 |
| 4.6. Violência contra a mulher | 41 |
| 4.7. Testemunhos sobre a emancipação da mulher moçambicana..... | 42 |
| | |
| Capítulo 5 - Conclusões e Recomendações | 44 |
| 5.1. Conclusões | 44 |

| | |
|--|-----------|
| 5.2. Limitações e Dificuldades da investigação | 48 |
| Bibliografia..... | 50 |
| APÊNDICES | 57 |
| ANEXOS | 68 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela A.1: Estatísticas de educação entre 1970-2010 | 69 |
| Tabela A.2: Dados relativos ao ensino superior em 2006 | 70 |
| Tabela A.3: Percentagem de mulheres na população economicamente activa | 71 |
| Tabela A.4: População economicamente ativa por posição no processo laboral e tipo remuneração em 2005 | 71 |
| Tabela A.5: Taxas de emprego segundo características seleccionadas em 2005 | 71 |
| Tabela A.6: Distribuição percentual da população economicamente ativa por ramos de atividades em 2005 | 72 |
| Tabela A.7: Taxas de desemprego por área de residência segundo grupos etários em 2005(%) | 72 |
| Tabela A.8: Trabalhadores e operadores do sector informal, estimativas de fevereiro de 2002 | 72 |
| Tabela A.9: Número de mulheres por cargos na função pública, dados de 1997, 2006 e 2012 | 73 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico A.3: Taxas específicas de atividade por sexo, 2005 | 70 |
| Gráfico A.1: Taxas de conclusão na escola primária | 69 |
| Gráfico A.2: Taxas de conclusão na escola secundária..... | 70 |

Lista de Apêndices

| | |
|--|----|
| Apêndice A – Guião de Entrevistas..... | 57 |
| Apêndice B – Entrevista com a Senhora Rita Xavier Maculene Namarucha | 58 |
| Apêndice C – Entrevista com a Senhora Lúcia Wiliamo | 60 |
| Apêndice D – Entrevista com a Senhora Lúcia Nsuatchi..... | 61 |
| Apêndice E – Entrevista com a Senhora Georgina João Suelita | 62 |
| Apêndice F – Entrevista com a Senhora Fátima Makono Sanzou | 64 |
| Apêndice G – Entrevista com a Senhora Maluisa Thapuleta | 66 |
| Apêndice H – Entrevista com o Senhor André Soares Wiliamo..... | 67 |

Lista de Anexos

| | |
|---|----|
| Anexo A – Mulheres no ensino, mercado de trabalho e política..... | 69 |
| Anexo B – Dados do Global Gender Report (2011) | 74 |
| Anexo C – Gender Gap - Ranking dos países da África Austral + Portugal..... | 75 |

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

| | |
|----------------|---|
| Apud | Citado por |
| ASSOTSI | Associação dos Trabalhadores do Sector Informal |
| DF | Destacamento Feminino |
| DNM | Direção Nacional da Mulher |
| EP1 | Ensino Primário do Primeiro Grau |
| EP2 | Ensino Primário do Segundo Grau |
| ESG1 | Ensino Secundário Geral do 1ºGrau |
| ESG2 | Ensino Secundário Geral do 2ºGrau |
| FNLA | Frente Nacional para a Libertação de Angola |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| LIMA | Liga Independente de Mulheres Angolanas |
| MANU | Mozambican African National Union |
| MMAS | Ministério da Mulher e da Ação Social |
| MPLA | Movimento Popular para a Libertação de Angola |
| NESAM | Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Maputo |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMA | Organização da Mulher Angolana |
| OMM | Organização da Mulher Moçambicana |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| PAIGC | Partido para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PGEI | Política de Género e Estratégias para a sua Implementação |
| PNAM | Plano Nacional para o Avanço da Mulher |

| | |
|----------------|--|
| RENAMO | Resistência Nacional de Moçambique |
| UDENAMO | União Nacional Democrática de Moçambique |
| UNAMI | União Nacional de Moçambique Independente |
| UNITA | União Nacional para a Independência Total de Angola |

RESUMO

O presente trabalho pretende responder à seguinte questão: “Que influência teve o Destacamento Feminino para a emancipação da mulher em Moçambique?”.

Como objetivos foram apontados não só assinalar o protagonismo das mulheres na atual sociedade moçambicana, procurando compreender a relação que existe com a sua participação na luta armada, mas também sistematizar o papel assumido pelo Destacamento Feminino, sem perder de vista as condições que motivaram essa participação e ao mesmo tempo inteirar-se dos estádios de emancipação.

A metodologia utilizada foi qualitativa e baseou-se na pesquisa bibliográfica, apoiando-se também nas novas tecnologias para aceder aos documentos disponíveis na internet bem como para receber contributos de terceiros, a partir de Moçambique. Além disso, realizaram-se entrevistas (à distância) a mulheres que fizeram parte do Destacamento Feminino. A impossibilidade de nos deslocarmos a Moçambique para fazermos essas entrevistas diretamente, limitou a riqueza dos testemunhos apurados. Concluímos que a criação do Destacamento Feminino por parte da FRELIMO estava associada à concretização da revolução social. Visto que, quando este foi criado, pretendia envolver as mulheres no conflito, de forma a facilitar a sua posterior integração na vida política nacional após conquistada a independência. Em síntese a criação do Destacamento Feminino funcionou como um trampolim, na medida em que veio possibilitar a participação da mulher na luta armada enquadrada num “exército” regular, pondo-as lado a lado com os camaradas masculinos, o que serviu para quebrar as crenças de que as mulheres não eram capazes de desempenhar as mesmas tarefas que os homens. No entanto, não pode ser atribuído total mérito da emancipação das mulheres na sociedade moçambicana à criação do Destacamento Feminino, porque se observarmos a partir do disposto neste trabalho foram as mulheres que reclamaram a sua integração na luta armada, exigindo que lhes fosse dado treino militar.

Todavia, ainda que as mulheres gozem oficialmente de algum reconhecimento social, decorrente da sua participação na luta de libertação nacional, embora constituam a maioria da força de trabalho (se incluirmos o sector informal) e embora estejam representadas de modo significativo no Parlamento moçambicano, a igualdade de género apresenta ainda algumas lacunas, designadamente na educação. Além disso, a sua representação nas Forças Armadas, ao contrário do que se poderia esperar, não é numericamente significativa.

Palavras-chave: FRELIMO, Moçambique, Mulheres, Luta Armada, Igualdade de Género.

ABSTRACT

The present work aim to answer the following question: which influences had the creation of the female detachment in the national liberation struggle, for the emancipation of women in Mozambique?

We have defined two goals: to highlight the role of women in the current Mozambican society, seeking to understand the relationship with their participation in armed struggle; to systematize the role played by the female detachment without losing sight of the conditions that gave rise to this participation and at the same time analyze the stages of women emancipation.

The methodology was qualitative and based on bibliographic research, relying also on the new technologies for accessing documents available on the internet and obtaining inputs from people from Mozambique. In addition, interviews were applied to women who took part of the Female Detachment. The impossibility of travelling to Mozambique to apply these interviews directly, have conditioned the gathering of the information.

We conclude that the creation of the female detachment by FRELIMO was associated with the achievement of social revolution. Because, when it was created it was aimed at involve women in conflict in order to facilitate their further integration into national political life after independence. In summary the creation of the female detachment served as a springboard as it enabled the involvement of women in armed struggle framed in a regular army. By placing them side by side with their male comrades, help to break the beliefs that women were not able to perform the same tasks as men. However, it cannot be assigned full merits of the women emancipation in Mozambique to the creation of female detachment, because according to this study women claimed themselves their integration in the armed struggle, demanding military training for themselves.

However, although women enjoy officially some kind of social recognition, arising from their participation in the national liberation struggle, although they constitute the majority of the workforce (if we include the informal sector) and although they are significantly represented in the Mozambican parliament, gender equality still register some gaps, notably in education. Furthermore their representation in the armed forces, contrary to what one might expect is not numerically significant.

Keywords: FRELIMO, Mozambique, Women, Armed Struggle, Gender Equality.

Capítulo 1

Introdução

1.1. Contextualização da Investigação

O presente trabalho, subordinado ao tema “*Qual a influência da criação do Destacamento Feminino, nas lutas de libertação nacional, para a emancipação¹ das mulheres em Moçambique*”, surge no âmbito dos cursos ministrados pela Academia Militar como um dos requisitos para a sua conclusão.

1.2. Enquadramento

Hoje nota-se que há cada vez mais mulheres a desempenhar cargos políticos de grande importância no governo de Moçambique, e não só. Em áreas tradicionalmente consideradas de domínio exclusivo masculino, as mulheres têm vindo a assumir funções importantes, desde a pilotagem a cargos elevados na instituição militar, chegando ao ponto de representar uma forte concorrência para o sexo oposto. O Destacamento Feminino foi uma criação da FRELIMO, as mulheres desempenhavam até então tarefas domésticas que tinham a ver com a logística de produção, destinadas ao suporte do combate e também de acolhimento de crianças cujos pais estavam envolvidos nas atividades de combate e não tinham possibilidades de cuidar delas. As mulheres participavam nas atividades das machambas² populares e os homens na frente de combate. Até então, a mulher não tinha uma participação ativa nas tarefas de combate. Foi com a criação do Destacamento

¹ A palavra emancipação entrou no discurso política moderno através do movimento para a abolição da escravatura, que se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX. No contexto destes movimentos, esta estava ligada a concepção humanista liberal do direito dos indivíduos à dignidade, liberdade e justiça. Aqueles que viviam privados destes direitos estavam sendo-lhes negados direitos humanos básicos. Mais tarde socialistas e feministas ligaram a situação da mulher no casamento e a consequente privação de direitos civis e políticos à situação de escravatura. Desta forma, a ideia de emancipação da mulher contém aspirações modernas, direitos e cidadania, bem como significados anteriores, libertação da autoridade patriarcal (Molyneux, 2003, pp.102-103).

² Terras cultivadas, mais conhecido em Portugal por “horta”.

Feminino que se tornou possível a integração da mulher num ambiente antes atípico à sua presença, o combate e posteriormente a política.

A percentagem de mulheres nos governos e outros lugares de decisão dos países ocidentais tem vindo a aumentar, conseguindo as mulheres uma representação em quase todos os sectores que se afirmam chave para o desenvolvimento dos respetivos países. Mesmo em comparação com esses países, Moçambique encontra-se bem posicionado no que toca a este assunto, sendo considerado um dos países com maior número de mulheres em órgãos de tomada de decisão (Tvedten, Paulo & Montserrat, 2008).

Como poderemos encontrar explicação para que um país considerado em vias de desenvolvimento esteja na vanguarda destas tendências? Terá tido o Destacamento Feminino influência para tal?

Em todo mundo foi-se tornando notória a existência de movimentos femininos em prol da sua autodeterminação. No entanto, em termos de integração de mulheres nas Forças Armadas, temos a destacar que esta tendência não é acompanhada de bom grado por todos os países, as mulheres ainda têm muitas restrições quanto à sua participação em certas atividades, como é o caso de atividades diretas de combate. Na história mundial, são raros os relatos de mulheres envolvidas diretamente em atividades bélicas, mas em Moçambique encontramos relatos da participação da mulher neste tipo de atividades. Terá isto aberto a mente dos homens e das mulheres de forma a repensarem a sua opinião acerca das capacidades femininas?

Após conquistar o seu espaço, durante a luta armada, era necessário mantê-lo, visto existirem ainda muitas resistências à igualdade de género e ao protagonismo das mulheres na vida pública. Tendo como objetivo a manutenção e continuação da luta pela afirmação feminina na sociedade, surge então o movimento hoje conhecido como Organização da Mulher Moçambicana (OMM). O papel desse movimento e de outros entretanto surgidos, será necessariamente considerado na pesquisa.

1.3. Importância e justificação do tema

O trabalho aqui apresentado procura explorar se existe alguma relação entre a participação das mulheres na luta armada e o protagonismo que assumem na sociedade moçambicana. Este tema reveste-se de uma grande importância, uma vez que aos estudos

relacionados com a mulher e a sua participação na luta armada não tem sido dado o devido destaque. Com efeito, a elaboração deste trabalho irá prestar o reconhecimento devido às heroínas que, juntamente com os de sexo oposto, também derramaram o seu sangue pela libertação da pátria e por alguma razão pouco aparecem nos livros de história.

1.4. Definição dos objetivos

Este trabalho terá como principal objetivo assinalar o protagonismo das mulheres na atual sociedade moçambicana, procurando compreender se existem relações com a sua participação na luta armada, esta que emerge com o surgimento do Destacamento Feminino. Pretende-se sistematizar o papel assumido pelo Destacamento Feminino tendo em linha de vista as condições que motivaram essa participação, bem como inteirar-se dos estádios de emancipação, reunindo para tal elementos que ajudarão a caracterizar a presença e o protagonismo das mulheres moçambicanas em áreas de atividades distintas tais como, educação, emprego, política e forças armadas.

1.5. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi a qualitativa e assentou na sua maior parte na pesquisa e análise de fontes bibliográficas, incluindo registos biográficos. Houve ainda recurso a outras fontes disponíveis na internet, e recolha de dados através de entrevistas. Em termos bibliográficos, este trabalho procurou recolher contributos de autores internacionais e nacionais por forma a obter várias perspetivas sobre o assunto.

De entre as referências bibliográficas mais importantes para a realização deste trabalho destacam-se as seguintes: *Mulheres nas forças armadas portuguesas*, da autoria de Helena Carreiras; *Mozambique: from colonialism to revolution 1900-1982*, de Allen Isaacman & Barbarra Isaacman; *A mulher Moçambicana no processo de libertação*, de Barbarra Isaacman & June Stephen; *African women in revolution* de Wunyabari O. Maloba; *A luta continua: Antologia de discursos do presidente da Frelimo*, de Samora Machel e por último, e não menos importante, *A Frelimo e a revolução em Moçambique* de Eduardo Mondlane e Samora Machel.

No que toca à amostra para as entrevistas, a sua seleção obedeceu ao critério de participação na luta armada, integrada no destacamento feminino. Procurou-se, na medida do possível, dar preferência aos membros fundadores do Destacamento Feminino, o que não chegou a ser conseguido. Não se descartou a possibilidade de ouvir todos aqueles que testemunharam de perto a atuação das mulheres, elementos do sexo masculino, podendo daí ser extraído algum contributo.

Na impossibilidade de se efetuar o deslocamento até ao local de estudo³, por motivos de ordem financeira, as entrevistas foram conduzidas à distância recorrendo ao uso das novas tecnologias, nomeadamente o correio eletrónico, o que não facilitou a extração de informações pertinentes relativas a alguns pormenores nas respostas obtidas. De referir que este processo revelou-se de muita dificuldade uma vez que a maioria das entrevistadas ostenta níveis de escolaridade muito baixos, daí as suas dificuldades em se exprimirem fluentemente.

Além das entrevistas, houve a recolha de dados em encontros (seminários) realizados em Maputo nos quais participaram antigas combatentes, que aí compartilharam suas vivências durante a luta de libertação nacional. Veja-se que, por causa da impossibilidade de se estar presente nestes encontros, os dados foram recolhidos através de terceiros que por sua vez tomaram parte nos mesmos encontros e seminários, mais uma vez fazendo uso das novas tecnologias.

Ainda, o trabalho contou também com entrevistas recolhidas em fontes documentais escritas, periódicos nacionais disponíveis on-line e noutros órgãos de comunicação social nacionais.

A recolha de testemunhos contemplou, além de testemunhos referentes à experiência da mulher na luta armada, testemunhos referentes ao estágio atual da emancipação da mulher moçambicana, que foram recolhidos nos meios de comunicação social, nomeadamente o Jornal Notícias na sua versão on-line. Importa no entanto sublinhar que estes testemunhos não são representativos da população moçambicana, pelo que devem ser entendidos em termos meramente ilustrativos.

A pergunta de partida que norteou esta investigação foi “Que influência teve o Destacamento Feminino para a emancipação da mulher em Moçambique?” e por forma a melhor responder à mesma, levantaram-se três perguntas derivadas, que estarão listadas abaixo:

³ Moçambique

- Pergunta derivada 1: A criação do Destacamento Feminino por parte da FRELIMO continha referências explícitas à igualdade de gênero?
- Pergunta derivada 2: As recompensas sociais pela participação na luta armada serão semelhantes para homens e mulheres?
- Pergunta derivada 3: Nas Forças Armadas, a presença feminina em número pode ser considerada significativa?

A partir destas perguntas derivadas foram levantadas três hipóteses, as quais passarão a ser listadas abaixo:

- Hipótese 1: A luta da FRELIMO visava não só libertar Moçambique mas também impulsionar uma revolução social. Como tal, nos textos da FRELIMO e nos testemunhos encontramos referências explícitas à promoção da igualdade de gênero.
- Hipótese 2: A inclusão de mulheres por parte da FRELIMO visava apenas colmatar a falta de efetivos, por conseguinte não há nos textos da FRELIMO e nos testemunhos referências explícitas à igualdade de gênero.
- Hipótese 3: As mulheres beneficiam dos direitos adquiridos pela participação na luta armada nos mesmos termos em que estão definidos para os homens.

1.6. Enunciado da estrutura do trabalho

O presente trabalho compõem-se de introdução, capítulo 2, capítulo 3, capítulo 4, conclusões e recomendações, bibliografia, apêndices e anexos.

O capítulo 2 faz uma abordagem à participação da mulher em atividades militares, procurando em primeiro lugar perceber quando e como surgem os primeiros vestígios desta participação e como foi vista por parte das sociedades, além de fazer uma varredura na história em busca de referências de participação militar das mulheres. Este capítulo aborda ainda a evolução do modelo de participação militar feminino, o qual iniciou por ser uma participação marginal tendo sido institucionalizada mais tarde. Por último, este capítulo termina com um subcapítulo dedicado à participação da mulher em atividades militares no âmbito dos movimentos de libertação nacional em África. Devido às limitações impostas

no número de páginas, neste subcapítulo irão apenas ser abordados três países Africanos, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, sendo que a opção por estes três obedeceu ao critério de, além de serem países de língua oficial portuguesa, terem vivenciado de formas semelhantes as experiências de luta armada.

O capítulo 3 é dedicado à participação da mulher moçambicana na luta de libertação nacional em Moçambique. Este capítulo aborda a situação das mulheres nas sociedades tradicionais moçambicanas, a criação do Destacamento Feminino, fala das perspetivas sobre a igualdade de género, dentro e fora do movimento revolucionário. Aborda ainda o papel da OMM, e por fim dedica um subcapítulo à apresentação de testemunhos, recolhidos por entrevistas e em fontes documentais, de mulheres e homens que participaram no movimento de libertação nacional, as mulheres integradas no Destacamento Feminino.

O capítulo 4 é referente à situação das mulheres na atual sociedade moçambicana. Sendo assim são apresentados alguns progressos feitos pelo Governo de Moçambique no que toca a garantia da igualdade do género, nomeadamente na elaboração de políticas e estratégias que beneficiem a mulher. Faz ainda uma passagem no sector da educação, trabalho, política, forças armadas e dados referentes à violência doméstica, de forma a se inteirar da situação da mulher em cada um deles. Finalizando, à semelhança do capítulo 3, com uma apresentação de testemunhos, desta vez referentes à opinião dos Moçambicanos sobre a emancipação da mulher moçambicana recolhidos em fontes documentais, nomeadamente em entrevistas disponibilizadas na comunicação social.

Por último o trabalho termina com um capítulo dedicado a apresentação de conclusões e recomendações bem como as dificuldades encontradas durante a realização do estudo. É neste capítulo que serão dadas como confirmadas e/ou negadas as hipóteses formuladas no principio da investigação e apresentadas as respostas para as perguntas derivadas e pergunta de partida.

Capítulo 2

Mulheres e Luta Armada

2.1. Masculinidade, feminilidade e guerra

Como assinala Helena Carreiras (1997, p. 11), “a generalidade dos estudos sobre a participação feminina em atividades militares são consensuais em considerar que o combate e a condução da guerra foram sempre vistas como atividades exclusivamente masculinas”. Exemplo disso, na era medieval a habilidade para a guerra era igualada a virilidade, tanto que quando um homem falhasse na guerra era considerado afeminado (McLaughlin, s.d., p.194). “Com exceção de exemplos de heroínas e figuras mitológicas, só em circunstâncias excepcionais as mulheres tomaram parte diretamente em atividades bélicas” (Carreiras, 1997, p.11). Por exemplo, em situações especiais as mulheres pertencentes à nobreza⁴ envolviam-se em conflitos armados, substituindo os homens da família quando estes estivessem ausentes. O envolvimento destas mulheres em ações militares, ao contrário do que acontecia com as restantes mulheres da sociedade, era visto como uma virtude ligada ao sangue nobre (Morin,2009,pp.110-111).

Na mitologia grega encontramos o exemplo mais conhecido de mulheres guerreiras, as amazonas (Carreiras, 1997)⁵ que representavam o oposto do ideal de mulher ateniense⁶ (Kirk apud Carreiras, 1997, p.12). Segundo Sissa (1993) os discursos proferidos por poetas, filósofos e médicos, entre o século VII (antes da nossa era) e o século II (da nossa era) apresentam coerência em relação àquilo que seria a definição do ser mulher, que

⁴ Catarina de Médicis conduziu o exército Francês no cerco de Havre. Ainda outras participaram de batalhas: Mlle. De Montpensier no cerco de Órleans em 1652, e Madame Saint-Balmont, a qual vestia de homem, defendeu as suas terras durante a Fronda, enquanto o marido estava em combate. A esposa de Coligny e a viúva Madeleine de Miramont lideraram batalhões contra inimigos católicos durante as guerras de religião (Morin,2009,p.110).

⁵Embora seja extremamente difícil provar ou negar sua existência, aparecem nas histórias antigas como tendo existido algures na Ásia Menor, a sul do Mar Negro, ou mais a Este perto do Cáucaso (Carreiras, 1997).

⁶Não casavam e controlavam sua reprodução sacrificando os filhos varões, mas criavam com todo o carinho e cuidado as filhas que delas iam nascendo (disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$as-amazonas](http://www.infopedia.pt/$as-amazonas), no dia 06 de Fevereiro de 2012).

resumidamente seria um ser passivo e inferior ao homem em relação a características anatómicas, psicológicas e fisiológicos.

Muitas sociedades serviram-se das amazonas como uma base para prescrições normativas sobre papéis sociais, utilizando-as para representar o que não seria de esperar numa mulher. Por outro lado, alguns movimentos feministas associaram a figura de mulher guerreira, representada pelas amazonas, à ideia de uma ordem social em que as mulheres dominavam. Contudo, as amazonas não são o único exemplo de que a imagem da mulher guerreira constituía uma anomalia (Carreiras, 1997).

Os relatos sobre Boadiceia, na lenda nacional Britânica, são uma prova da perturbação que a transgressão das fronteiras da ordem social e do género acarretam (MacDonald apud Carreiras, 1997).

Esta transgressão era assinalada de duas formas: (1) pondo em evidência as suas características femininas, o que de certa forma considerava que suas ações como guerreira eram resultado de situações excepcionais; (2) masculinizando, ou seja quando se punha em destaque as suas ações como guerreira, esta era mostrada como pouco feminina e fora dos padrões de comportamentos exigidos às mulheres normais da sociedade (MacDonald apud Carreiras, 1997).

Pode assim notar-se uma tentativa de salvaguardar a definição dos papéis sociais. Isto é, uma mulher não poderia ter na sua natureza essa predisposição para a guerra, por isso as mulheres que ostentassem tais comportamentos ou deixavam de ser consideradas mulheres ou então justificavam a razão do seu comportamento com alguma situação a que esta tivesse sido exposta levando-lhe a agir de tal forma. Ou seja, não se concebia a ideia de que as mulheres poderiam fazer o mesmo que os homens, havendo uma separação nítida entre tarefas de homens e tarefas de mulheres.

É assim perceptível que a imagem das mulheres guerreiras tenha sido utilizada como uma marca estigmatizante por certas sociedades, condenando deste modo a mulher que se afastava dos papéis socialmente definidos para entrar num mundo considerado masculino (Dransart apud Carreiras, 1997; Morin, 2009).

2.2. Evolução das modalidades de participação feminina nas guerras

Mesmo que se registem formas diversas de envolvimento feminino em operações militares, a tendência para a exclusão das mulheres das atividades militares ainda prevalece em muitas sociedades (Reynaud apud Carreiras, 1997).

Pode notar-se que, em caso de participação direta, estas raramente fariam parte de um exército regular. Porém, existiram algumas exceções à regra como é o caso do exército do rei Gezo Dahomey (século XIX); este além de ser um dos poucos exércitos regulares que continha mulheres nas suas fileiras, tinha ainda a particularidade de incorporá-las na sua força de combate⁷ (Carreiras, 1997).

Vários estudos têm vindo a alertar para a importância dos papéis de apoio ao combate desempenhado pelas mulheres na Europa, mais precisamente no período entre os séculos XIV e XIX (Carreiras, 1997).

Multidões de mulheres e crianças seguiam os exércitos fornecendo vários serviços, as mulheres ofereciam-se para servir como cozinheiras, lavadeiras, cantineiras, ajudantes de campo e enfermeiras, davam de beber aos feridos e removiam-nos da frente de combate e ainda prostitutas. Alguns destes serviços eram essenciais à vida nos acampamentos e campos de batalha, mas não diferiam em nada daqueles que já desempenhavam fora do contexto militar. No entanto, existem também, relatos de mulheres que chegaram a combater disfarçadas de homens (Hacker apud Carreiras, 1997).

Durante a Revolução Francesa, “devido às transformações que os exércitos enfrentavam no armamento, estratégias e formas de organização militar assistia-se a uma progressiva eliminação de serviços de apoio prestados por pessoal não militar, o que se refletiu na redução do número de mulheres nos acampamentos” (Carreiras, 1997, p.17). Esta redução do número de mulheres nos acampamentos veio agravar-se com a publicação de um decreto que excluía do exército todas as “mulheres inúteis”⁸(Morin, 2009).

Por outro lado, a Revolução Francesa revelou-se de grande importância uma vez que com ela surge a ideia de que era possível mudar a condição humana através da violência (Soares, 1991). De acordo com Souza (2003) as mulheres que se fizeram representar na revolução francesa lutavam contra a segregação ao espaço privado do lar imposta pelo antigo regime e a ideia de inferioridade física e intelectual em relação ao

⁷Continha uma força de infantaria feminina, sintomaticamente chamada de amazonas (Carreiras, 1997).

⁸ “Esse decreto considerava como inúteis todas as mulheres que não se ocupavam com a lavandaria e a venda de víveres e bebidas – cantineiras” (Morin, 2009, p.117).

homem defendida pelos revolucionários tendo a sua participação servido como um contributo para as gerações vindouras.

Durante a guerra da Crimeia testemunhou-se o surgimento de uma nova forma de participação militar feminina, materializada pelas enfermeiras civis que passaram a figurar nos teatros de operações, pressagiando uma progressiva institucionalização desse tipo de papel feminino de apoio ao combate (Carreiras, 1997). Esta tendência, segundo Carreiras (1997, p.18) “vai assinalar-se em 1881 aquando da criação do primeiro corpo militar feminino na Grã-Bretanha - o *Army Nursing Service* – e generalizar-se a outros países durante a primeira guerra mundial.”

Em Portugal esta tendência só se verificou durante a guerra nos territórios ultramarinos, com a criação em 1961 do corpo de enfermeiras paraquedistas, pertencentes à Força Aérea (Força Aérea Portuguesa, 1984a; Força Aérea Portuguesa, 1984b). Deste modo, a participação das mulheres em atividades militares não só passou a ser aceite, mas também já estava institucionalizada. Apesar de continuar restringida à função de suporte, que não punha em causa as concepções dos papéis sociais do homem e da mulher.

Para alguns autores, a primeira guerra mundial teve um contributo bastante significativo para a emancipação das mulheres (Thébaud, 1995). Uma ideia contrária é apresentada por James F. MacMillan (apud Thébaud, 1995, p.32) que considera que esta guerra “serviu para consolidar o modelo feminino de dona de casa.” Mas, apesar desta divergência de opiniões “não deixa de ser verdade que a guerra veio trazer alterações significativas porque trouxe a valorização do trabalho feminino ao serviço da pátria e a abertura de novas oportunidades profissionais, em que as mulheres descobriram o manuseamento de utensílios e técnicas que desconheciam” (Thébaud, 1995, p.49).

A este propósito, Navailh (1995, p.279) considera que a URSS (de 1917 a 1944) constituiu “um gigantesco laboratório de experimentação social”. Com efeito, as mulheres na URSS chegaram a participar em combates integradas num batalhão exclusivamente feminino, o qual foi criado com objetivo de fazer face à onda de deserções⁹ (Griesse, Stites apud Carreiras, 1997).

Entretanto, tanto na URSS assim como nos restantes países, assistiu-se a uma desmobilização feminina em massa assim que o conflito cessou (Carreiras, 1997), além de que, até então, a participação militar das mulheres serviu para providenciar serviços que o exército não tinha capacidade para suprir internamente. Isto obrigava a redefinir os papéis

⁹ A mensagem que se transmitia, “até as mulheres” fazia com os homens que quisessem desertar se sentissem humilhados (Carreiras, 1997).

sexuais por forma a aceitar a sua inclusão sem no entanto perder de vista a figura do ser protegido, como é o caso da sua exclusão das funções de combate.

A segunda guerra mundial representa um importante ponto de viragem no que toca a participação militar feminina. Pois, para além de serem reconstituídos os corpos militarizados destituídos após o final da primeira guerra mundial, houve uma relativa abertura no que diz respeito ao acesso das mulheres a algumas funções anteriormente reservadas apenas aos homens¹⁰. Contudo, manteve-se o estatuto não combatente e a exclusão das funções de combate (Binkin, Bach, Campbell, Reynaud&Goldman apud Carreiras, 1997; Carreira, 1997).

Em suma, em casos de emergência houve tendência para se ignorar as fronteiras de género e conseqüentemente os papéis sexuais socialmente atribuídos. Contudo, resolvida a situação, surgia novamente a questão dos papéis sexuais juntamente com o esquecimento do contributo da mulher para a resolução dessas situações. Isto verificou-se ao longo da história, o que dificulta a perceção da história da relação da mulher com a violência armada ao longo dos tempos (Carreiras, 1997).

A partir da década 70 assistiu-se a uma progressiva inclusão das mulheres nas fileiras dos exércitos, o que por sua vez rompe com o esquema anterior que recorria a participação feminina apenas em situações de emergência. Com efeito, as mulheres conquistaram o estatuto de militares e passaram a receber treinos indiferenciados dos homens em domínios tradicionalmente masculinos (Carreiras, 1997).

Por estas alturas, década 70, em África as mulheres vivenciavam uma opressão sem precedentes perpetradas em primeiro lugar pelas sociedades onde se inseriam, que por sua vez eram oprimidas pelo sistema colonial. Esta situação resultou numa opressão sobre opressão, no caso das mulheres, como vai ser ilustrado no ponto a seguir dedicado à participação das mulheres nos movimentos revolucionários em África

¹⁰ Como é o caso da reparação de material, transmissões, radar e defesa antiaérea no caso da Inglaterra e Alemanha (Carreiras, 1997, p.17).

2.3. A participação das mulheres nos movimentos revolucionários em África

2.3.1. Generalidades

As atividades levadas a cabo pelas mulheres nos movimentos revolucionários em África levantam questões fundamentais para o esclarecimento do estatuto das mulheres nas sociedades africanas sob o regime colonial. Contudo, seria um erro assumir que as sociedades africanas observadas sob o regime colonial constituíam-se como as sociedades tradicionais africanas. Isto porque a tradição africana foi “inventada” durante o período colonial¹¹ (Maloba, 2007, p.5).

Terence Ranger (apud Maloba, 2007, p.6) refere que as tradições originais africanas eram muito mais flexíveis do que as impostas pelos colonos, sendo que estes, com estas alterações, vieram introduzir rigidez de estatuto e hierarquia social onde não existia, ou pelo menos não existia com a mesma intensidade.

Segundo Maloba (2007,p.6) as invenções europeias das tradições africanas tiveram um impacto decisivo e duradouro no estatuto das mulheres na sociedade colonial africana, havendo uma determinação consciente para reestabelecer ordem e segurança e o sentido de comunidade por meio da definição e imposição das tradições.

Em quase todos os casos, este rebaixamento sistemático no estatuto das mulheres, que limitou as possibilidades do seu progresso social, deveu-se ao facto de muitos registos da “tradição africana original” que serviu de base para os “novos costumes” terem sido absorvidos exclusivamente a partir de informantes masculinos, permanecendo a crença feminina indígena sem registo algum (Maloba, 2007,p.6-7).

Terence Roger (apud Maloba, 2007, p.8) aponta que o sistema colonial foi executado através destas tradições inventadas. Este sistema por sua vez falhou na garantia do bem-estar das mulheres africanas. Para reforçar esta ideia, Jeanne K. Henn (apud Maloba, 2007,p.8) observou que todas as pesquisas são concordantes quando afirmam que a carga de trabalho das mulheres africanas aumentou de forma significativa durante o período colonial. Segundo Maloba (2007, p.8) este aumento da carga de trabalho, acrescentado ao acesso restrito à terra e à limitada oportunidade de educação, conduziu ao decréscimo do estatuto da mulher em África.

¹¹ Todas as citações em língua estrangeira estão aqui transcritas em tradução livre.

A introdução da agricultura comercial¹² mudou a natureza e o valor da divisão sexual do trabalho. O controlo masculino das lavouras mudou o que tinha sido uma divisão paralela para uma divisão hierárquica, em que o homem controlava tanto o trabalho como a produção nas colheitas de rendimento. Essa divisão hierárquica do trabalho não representava a realidade da sociedade tradicional africana, e apenas servia de base para a inferiorização das mulheres e deveria ser alterada se as mulheres quisessem se emancipar (Maloba, 2007, pp.8-9).

Na educação, a mulher era excluída até mesmo das escolas mais rudimentares. O sistema colonial impedia deliberadamente as mulheres de competir em igualdade com os homens na aquisição de conhecimentos e habilidades técnicas, tanto que quando se estendia a escolarização às mulheres, estas eram canalizadas para a aquisição de competências que as tornavam melhores cozinheiras, arrumadeiras e mães, o que agravava ainda mais a posição desvantajosa sob o regime colonial. Em suma, o sistema colonial facilitou a incorporação e amplificação das tradições em que os homens eram mais favorecidos que as mulheres (Maloba, 2007, pp.9-10).

Nas colónias onde foi institucionalizado o trabalho migratório¹³, as mulheres não só experimentaram o acréscimo da carga de trabalho, mas também assumiram a responsabilidade de garantir a sobrevivência e a integridade da família (Maloba, 2007, pp.9-11).

Durante o tempo colonial não existia em nenhum território uma organização significativa que lutasse pela libertação da mulher, facto que trouxe muitos desafios para as ativistas femininas e movimentos de libertação nacional. Em quase todos os territórios, a demanda das mulheres¹⁴ e os movimentos de libertação nacional convergiram para a necessidade de erradicar o colonialismo e devolver a terra aos seus verdadeiros donos. A busca pela libertação das mulheres, como parte integrante da luta de libertação nacional, trouxe consigo a necessidade de se desenvolver um quadro ideológico que simultaneamente abordasse questões relacionadas com a libertação da mulher e de libertação nacional no decorrer da guerra revolucionária contra o regime colonial e seus aliados (Maloba, 2007, pp.11-12).

¹² Cultivo de produtos destinados à venda nos mercados em detrimento da agricultura de subsistência (para o consumo da família).

¹³ Os homens deixavam suas famílias à própria sorte esperando regressar após conseguir juntar dinheiro suficiente para pagar impostos ou para garantir melhores condições de vida (Maloba, 2007, p.10).

¹⁴ Libertar-se da exploração e abusos a que estava sujeita sob o regime colonial.

Em África podemos encontrar exemplos de movimentos de libertação nacional em vários territórios, como é o caso da Argélia, Quênia, Zimbábue, África do Sul, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. No entanto, este estudo irá se concentrar naqueles que ocorreram nos antigamente designados territórios ultramarinos¹⁵ de Portugal.

Importa salientar que, devido a natureza do trabalho, a parte respeitante a participação das mulheres nos movimentos de libertação nacional em Moçambique será tratada com muita brevidade neste ponto, apenas em termos comparativos, uma vez que será alvo de maiores detalhes no capítulo seguinte.

2.3.2. Guiné-Bissau

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau foi conduzida pelo Partido para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral até o seu assassinato em 1973. Desde o início da luta, o PAIGC foi muito explícito quanto à posição das mulheres, tanto durante a luta de libertação nacional como na sociedade pós colonial. A propósito disto, Stephanie Urganda (apud Maloba, 2007, p.22) escreveu que a necessidade de igualdade entre homens e mulheres era parte integrante de toda a revolução.

Desde muito cedo o PAIGC reconheceu que a luta de libertação nacional não podia expandir-se a não ser que as mulheres tomassem parte nela, uma vez que estas carregavam o peso da dupla opressão¹⁶ perpetrada pelo colonialismo português e pelo próprio homem na sociedade guineense (Maloba, 2007, p.22-23).

As mulheres na Guiné-Bissau eram camponesas e não tinham nenhum poder político, estando desta forma excluídas do processo de tomada de decisão. Com efeito, os ativistas do partido encorajavam as mulheres a juntarem-se ao movimento revolucionário, não só para libertar a Guiné-Bissau dos opressores portugueses, mas também para se libertarem a elas próprias, tanto que garantiu que as mulheres ocupassem algumas posições de liderança. Esta é uma quebra visível nas tradições não revolucionárias que excluía as mulheres das posições de liderança social e política. Uma das mais importantes ações do

¹⁵ Em Cabo Verde e São-Tomé e Príncipe não se encontram registos de registos de movimentos de libertação nacional por isso não serão abrangidos por este estudo.

¹⁶ Sob o regime colonial, além da opressão do regime a mulher estava sujeita a dominação pelo próprio homem nas sociedades africanas.

partido foi ter estipulado que pelo menos duas mulheres deveriam ser eleitas para os cinco lugares de membros de conselho de vilas¹⁷ (Maloba, 2007, p.23).

Nem todos os membros do partido eram a favor desta posição em relação às mulheres, até mesmo no seio da liderança do partido. Os críticos opunham-se em silêncio ou por sabotagem, mas assumiam publicamente a posição do partido¹⁸. O partido encorajava que seus membros do sexo feminino fossem ativos na cobrança dos seus direitos e liberdades e de igual forma esperava que estas participassem ativamente na sua própria libertação dentro do quadro ideológico do partido, entendendo que as mulheres não podiam alcançar a sua libertação se, se mantivessem passivas¹⁹. Ou seja, a libertação da mulher era um direito mas ela tinha de lutar por ele (Maloba, 2007, p.24).

2.3.3. Angola

A revolução angolana foi caracterizada pela existência de vários movimentos. Por volta de 1974, havia três partidos, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Todavia o MPLA emergiu como o movimento progressista e nacionalista (Maloba, 2007, p.29).

As mulheres juntaram-se à luta armada antes da criação da Organização da Mulher Angolana (OMA), em 1962. Esta que era “a ala feminina do MPLA (Ducados, s.d.)” e tinha como objetivos libertar o país do colonialismo, libertar as mulheres da opressão masculina, do sistema colonial, e ainda das tradições tribais. A OMA reafirmou a libertação das mulheres como parte integrante da libertação nacional de acordo com a política declarada pelo MPLA (Maloba, 2007, p.30).

¹⁷ Estes conselhos eram estabelecidos assim que uma área era libertada para realizar os trabalhos locais do partido por formas a lidar com a organização diária da vida nas vilas e promover o apoio à guerra (Maloba, 2007, p.23).

¹⁸ Amílcar Cabral a propósito disse: “alguns camaradas fazem o máximo que podem para evitar que as mulheres assumam posições de liderança, mesmo quando existem mulheres que têm mais habilidades para liderar do eles...os camaradas não querem perceber que a liberdade para o nosso povo significa a libertação das mulheres, de igual forma a soberania para o nosso povo significa que as mulheres também devem desempenhar seu papel e que a força do nosso partido vale mais se as mulheres participarem tal como os homens em posições de liderança” (Maloba, 2007, p.23-24, trad.).

¹⁹ Para o PAIGC era essencial que as mulheres se ocupassem da questão, de modo que a libertação fosse realmente delas (Maloba, 2007, p.24).

Inicialmente, as mulheres realizavam seus papéis tradicionais²⁰, sendo que, após a formação da OMA, os papéis das mulheres expandiram-se consideravelmente até incluir a participação em combate. A OMA foi consistente em afirmar que o objetivo da sua criação não foi para se opor aos homens, mas sim para incluir as mulheres nas fileiras daqueles que estavam dispostos a aceitar todos os sacrifícios e riscos, a fim de que seu povo pudesse livrar-se da dominação colonial. Nas áreas onde o MPLA tinha presença considerável, aboliu o preço da noiva²¹ e aprovou um programa que privilegiava: a não exploração, salário igual para trabalho igual, erradicação da discriminação²² e educação e saúde públicas gratuitas (Maloba, 2007, p.30).

No entanto, como acontecia também no seio do PAIGC, nem todos estavam de acordo com estas decisões em relação às mulheres.

Segundo Maloba (2007, pp.30-31) houve lutas persistentes no interior do partido que vieram afetar o curso da luta revolucionária. A propósito disso, Agostinho Neto²³ defendeu que o MPLA era um movimento que acolhia todas as tendências e pessoas dispostas a tomar parte na luta contra o colonialismo, acrescentando que o que garantia a sua estrutura organizacional era a vontade comum de lutar contra o colonialismo, e que sem tal estrutura organizacional não existiria uma posição ideológica.

Além da OMA pertencente ao MPLA, existiu a Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA), ala feminina da UNITA, que foi fundada em 1973, tendo desempenhado também um papel importante na luta pela libertação nacional (Ducados, s.d.). As mulheres da UNITA realizavam tarefas de apoio de combate, nomeadamente o transporte de material de guerra, alimentos e outros mantimentos para abastecer os guerrilheiros que se encontravam na linha da frente. Realizavam ainda atividades no campo político, que eram as de mobilização de jovens angolanos para as fileiras da UNITA. Com efeito estas recebiam treino como ativistas políticos (Ducados, s.d.).

Não é de se admirar que encontremos semelhanças na forma como a luta armada foi conduzida na Guiné Bissau, Angola e Moçambique, uma vez que além do colonizador ser comum, a mulher enfrentava as mesmas dificuldades e o seu motivo de luta era o mesmo. De igual forma podemos dizer acerca dos movimentos de libertação nacional. A preocupação com a libertação da mulher foi parte integrante da luta de libertação nacional,

²⁰ Preparar alimentos (principalmente farinha de mandioca) e lavar roupa (Maloba, 2007, p.30).

²¹ Conhecido por alambamento que é o dinheiro que aquele que pretende uma rapariga para casar dá aos pais dela juntamente com outros bens, como um boi, um porco, um pano ou um fato, e bebidas (Mbambi, s/d).

²² Em razão da raça, origem étnica, sexo ou idade

²³ Na altura, presidente do MPLA

sendo que de igual forma nem todos dentro do partido receberam com agrado essa decisão de incluir mulheres nas tarefas principais, tendo isto resultado em contradições internas nos núcleos dos partidos, o que por sua vez veio influenciar o ritmo da revolução. Excetuando a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique criaram uma organização que endereçasse todas as questões relacionadas com a mulher e a sua participação na luta armada (institucionalização da participação feminina). Estas organizações funcionavam como um braço do partido, resolvendo as questões que tinham a ver diretamente com a mulher, por forma a deixar o movimento principal (o partido) mais direcionado à luta de libertação. Embora as tivessem poder de decisão dentro desta instituição, a última palavra permanecia do partido (a organização como um braço dependia diretamente do partido). De igual forma podemos notar que em todos os territórios a mulher começou por desempenhar atividades de apoio, que inicialmente se resumiam a tarefas domésticas, passando mais tarde a entrar em combate lado a lado com os guerrilheiros masculinos, e tal como foi comum em todos os territórios, veio trazer um grande reconhecimento por parte dos homens.

Capítulo 3

A Participação das Mulheres no Movimento de Libertação em Moçambique

3.1. A luta armada de libertação nacional

O eclodir dos movimentos de libertação nacional em Moçambique surge como influência dos movimentos independentistas em África que tiveram lugar na década de 60. Alguns grupos de Moçambicanos, na sua maioria exilados no estrangeiro, fundaram movimentos para lutar pela independência de Moçambique. Com efeito, surge a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO), a Mozambican African National Union (MANU) e União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI). A existência de vários movimentos num país com uma enorme variedade étnica criou de certa forma problemas de organização²⁴. Os problemas que surgiram eram devido ao facto de que estes movimentos, na sua maioria, eram baseados no tribalismo e de certa forma os seus fundadores não estavam muito a par da realidade do povo moçambicano, uma vez que permaneceram muito tempo longe de Moçambique²⁵ (A.Isaacman & B.Isaacman, 1983).

Este problema veio a ser resolvido com a fusão destes três movimentos em junho de 1962, surgindo desta forma a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Esta fusão significou o início de uma nova fase na luta pela autodeterminação do povo Moçambicano, pois a FRELIMO, depois de observar todas as tentativas fracassadas de conseguir a independência por via do diálogo, chegou à conclusão de que a libertação nacional só iria ser conseguida com recurso à violência armada (A.Isaacman & B.Isaacman, 1983).

Deste modo, a FRELIMO vai dar início à luta armada em 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai na província de Cabo Delgado (A.Isaacman & B.Isaacman, 1983).

²⁴ “O massacre de Mueda revelou falta de uma estratégia coerente para atingir a independência por parte da MANU, um problema partilhado por todas as organizações formadas por exilados. Influenciados por ganhos nacionalistas das colónias inglesas vizinhas acreditavam na eficácia das petições, cartas de protestos e manifestações não violentas (A.Isaacman & B.Isaacman, 1983, pp.80-81).”

²⁵ Todas as citações em língua estrangeira estão aqui transcritas em tradução livre.

Portugal, na tentativa de deter os avanços que a FRELIMO vinha fazendo, resolveu levar a cabo em 1970 uma mega operação que ficou conhecida como “Operação nó Górdio”. Esta operação, encabeçada pelo general Kaulza de Arriaga, que tinha objectivo de eliminar todas as bases da FRELIMO nas zonas libertadas, provou ser um fracasso além de dispendiosa. Tanto que em 1973 a FRELIMO, além de ter expandido as suas zonas libertadas no Norte, pela primeira vez conduzia suas operações a Sul do rio Zambeze, cada vez mais próximo da capital Maputo, outrora Lourenço Marques (A.Isaacman & B.Isaacman, 1983).

Em 7 de setembro de 1974, com a assinatura dos acordos de Lusaka, Portugal concordou em transferir o poder para a FRELIMO. Contudo, uma vez que os africanos não tinham experiência nenhuma de governação, ficou acordado que antes de passar o poder para a FRELIMO, Moçambique seria governado durante um ano por um governo de transição²⁶ constituído por seis elementos da FRELIMO e quatro elementos do governo português. Tendo terminado o período deste governo, em 25 de junho do ano seguinte Moçambique declarou a sua independência (A.Isaacman & B.Isaacman, 1983).

3.2. As mulheres nas sociedades tradicionais moçambicanas

Perante o direito costumeiro Moçambicano, a mulher não era considerada pessoa legal, tanto que dentro das sociedades onde se encontravam inseridas, não eram tidas como adultas e negava-se-lhes o direito de falar em público. Com efeito, não tinham qualquer interferência na elaboração das decisões políticas sendo estas controladas inteiramente pelos homens (A.Isaacman & B.Isaacman, 1983; B.Isaacman & Stephen, 1984).

Em contraste, as mulheres tinham certas atribuições importantes. Forneciam a força de trabalho necessária à produção de bens e através da sua capacidade procriadora geravam novos trabalhadores²⁷ para a pessoa ou grupo de pessoas a quem pertenciam. Estas duas características fizeram das mulheres mercadorias valiosas em todas as sociedades tradicionais de Moçambique, assim como nas sociedades tradicionais africanas (B.Isaacman & Stephen, 1984).

²⁶ “Durante este período a FRELIMO procurou tirar proveito de uma onda de apoio popular por forma a ampliar sua presença política em todo o país e criar elos com todos os sectores da população (A.Isaacman & B.Isaacman, p.106).”

²⁷ Novas fontes de riqueza

Em Moçambique, o controlo do potencial produtivo e reprodutivo da mulher era regulado pela prática do lobolo²⁸. Assim sendo, uma vez pago o lobolo à linhagem da mulher, pelo marido, todos os filhos nascidos da união pertenciam à linhagem do marido. Esta prática, além de reduzir a mulher a um objeto de comercialização, teve também um papel extremamente importante ao assegurar a estabilidade matrimonial (B.Isaacman & Stephen, 1984).

Apesar das diferenças²⁹ entre as sociedades matrilineares e patrilineares, em todas elas os homens controlavam as posições de poder e as mulheres eram sempre consideradas inferiores. Esta inferioridade era reforçada pelas práticas educacionais, ritos de iniciação, que caracterizavam estas sociedades (B.Isaacman & Stephen, 1984).

Segundo Curry (2004) as práticas educacionais tradicionais são responsáveis pela vitimização que as mulheres africanas experienciam, e aponta os casamentos forçados e prematuros, a excisão³⁰, a poligamia e a viuvez³¹ como veículos de opressão.

Os ritos de iniciação eram, para rapazes e raparigas, a principal forma de educação para além do aprendizado através da imitação dos mais velhos. Por sua vez, os ritos de iniciação femininos tinham o objetivo de assegurar que estas se mantivessem subservientes³² e praticava-se normalmente no período da puberdade (B.Isaacman & Stephen, 1984).

A situação das mulheres em Moçambique agravou-se com a implementação do governo colonial português. Ou seja, antes da imposição do regime colonial, a mulher tinha duas tarefas principais: a de produtora³³ e a de reprodutora³⁴. O regime colonial veio

²⁸ “O lobolo é o termo usado para referir o casamento costumeiro, bem como os presentes que a parentela do noivo oferece à parentela da noiva. Em Moçambique, a prática do lobolo estava geralmente relacionada com a população camponesa rural e analfabeta e era comumente apresentada como uma transação monetária entre as parentelas envolvidas — «a venda da mulher». Na grafia changana oficialmente adotada corresponde a lovolo (Bagnol, 2008, p.251).” “A sociedade, compreendendo que a mulher é uma fonte de riqueza, exige que um preço seja pago. A mulher é comprada e herdada como se fosse um bem material, uma fonte de riqueza (Machel, 1974, p.60).”

²⁹ No estabelecimento da descendência e variações na prática do lobolo – a quantia paga variava de uma sociedade para outra, verificando-se o mesmo em relação ao meio de pagamento que podia ser gado, vestuário, utensílios agrícolas, prestação de serviço ou dinheiro (B.Isaacman & Stephen, 1984, pp.12-14).

³⁰ Clitoridectomia ou outras formas de mutilação genital feminina que, segundo B.Isaacman e Stephen (1984, p.14), pensava-se proporcionarem mais prazer aos homens.

³¹ As viúvas eram obrigadas a casar com o irmão do marido (para continuar a prestar seus serviços comprados aquando do pagamento do lobolo).

³² Ensinava-se às raparigas a serem esposas compreensivas e a agradar e servir aos seus maridos (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.14).

³³ Cultivar produtos para alimentar a sua família

³⁴ Ter filhos e criá-los

acrescentar outras responsabilidades³⁵, mantendo-se as tarefas tradicionais inalteradas (B.Isaacman & Stephen, 1984).

Devido a implementação do trabalho migratório, que exigia o recrutamento de mão-de-obra masculina para as companhias concessionárias, o que originava a escassez de mão-de-obra para o trabalho nas plantações de algodão, os portugueses foram obrigados a recorrer a contratação de mão-de-obra feminina. Com isto, esperava-se que elas realizassem o trabalho nas plantações de algodão juntamente com as suas tarefas domésticas tradicionais em suas casas³⁶.

3.3. A criação do Destacamento Feminino

Durante o período colonial o povo moçambicano nunca se manteve passivo, tendo organizado várias formas de resistência. Tanto as mulheres como os homens tomaram parte nessa resistência³⁷. Desde o início, as mulheres participaram em atividades nacionalistas que culminaram na decisão da FRELIMO de empreender uma luta armada contra o colonialismo português. No sul de Moçambique³⁸, estudantes do sexo feminino membros do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Maputo (NESAM), participaram na elaboração e distribuição de propaganda antigovernamental (B.Isaacman & Stephen, 1984).

O NESAM foi responsável por incutir nas mulheres, sobretudo na camada estudantil de Lourenço Marques, a vontade de se juntar à causa da independência (Santana, 2009).

Nas aldeias de Cabo Delgado, norte de Moçambique, mesmo antes do início da luta armada, as camponesas desempenharam um papel importante na difusão de notícias sobre a FRELIMO. Tanto rapazes como raparigas estavam envolvidos no movimento da juventude que se expandiu naquela área antes da eclosão da guerra. Com efeito, em 1966 o comité central da FRELIMO decidiu que a emancipação da mulher era parte integrante da

³⁵ O trabalho forçado e o cultivo obrigatório de algodão e arroz (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.17).

³⁶ Para conseguir produzir para o seu autossustento, as mulheres só podiam trabalhar em seus próprios campos quando não estavam empenhadas no trabalho nas plantações dos colonos. Isso significava ter que dedicar as primeiras horas da manhã para seus próprios campos (entre as 4 e as 6 horas) e novamente a noite – ao luar (Maloba, 2007, p.25).

³⁷ Em 1947, 7000 mulheres do Búzi recusaram-se a cultivar algodão. As mulheres queimaram as sementes e participaram noutras ações contra as companhias concessionárias algodoeiras (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.23).

³⁸ Mais precisamente em Maputo e Xai-Xai

luta de libertação nacional³⁹. No início a participação das mulheres restringia-se a tarefas de apoio ao combate. Contudo, também desempenharam um papel importante na mobilização⁴⁰ dos aldeões, na explicação da política da FRELIMO e da necessidade de apoiar a luta armada (B.Isaacman & Stephen, 1984).

As mulheres estavam de tal forma empenhadas em participar na luta que pressionaram as chefias do partido para que lhes fosse facultado treino militar (B.Isaacman & Stephen, 1984). Foi para dar resposta a estas solicitações que a FRELIMO enviou, em 1967, o primeiro grupo de raparigas de Cabo Delgado para o centro de instrução Político Militar em Nachingwea, na Tanzânia, para receber treino político militar. Este grupo era constituído por 25 jovens na sua maioria analfabetas (Mondlane & Machel, 1975; Jornal Notícias apud Moçambique para todos, 2012, Fevereiro 26).

O envio destas raparigas para receber treino militar foi inicialmente uma experiência para ver até que ponto a mulher seria capaz de contribuir na revolução. Contudo, a experiência alcançou resultados positivos e as raparigas desse primeiro grupo tornaram-se membros fundadores do primeiro Destacamento Feminino (DF)⁴¹. Com isto provou-se que a mulher também podia desempenhar um papel importante no campo militar (Mondlane & Machel, 1975). Desde a altura em que as primeiras raparigas concluíram o treino político militar, em 1968, as mulheres começaram a participar em todos os aspectos da luta armada organizadas no DF (B.Isaacman & Stephen, 1984).

De acordo com a declaração feita aquando da realização do segundo congresso da FRELIMO, em 1968, a criação do DF visava tornar mais completa e eficiente a participação da mulher na luta armada (Mondlane e Machel, 1975; J. Machel, 1976).

Embora ainda houvesse tendência para desempenharem em grande parte tarefas sociais⁴² pela primeira vez as mulheres pegaram em armas e combateram. Em consequência o DF gerou muita controvérsia no seio do movimento revolucionário entre

³⁹ Como as mulheres eram mais oprimidas, mais humilhadas e mais exploradas que os homens, e na medida em que a revolução estava empenhada em libertar todo o povo do sistema de exploração imposto pelo colonialismo, estas teriam que participar na luta. Ou melhor, a verdadeira liberdade era impossível em Moçambique se metade da população permanecesse oprimida e, para que a FRELIMO triunfasse, era a totalidade que contava (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.24).

⁴⁰ Geralmente os grupos mobilizadores incluíam tanto homens como mulheres (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.23).

⁴¹ A data de criação do Destacamento Feminino aparece com alguma contradição, uma vez que algumas fontes indicam o ano de 1967 enquanto as fontes consultadas para a realização deste trabalho remetem para 1968. Isto explica-se porque algumas fontes consideram a criação do DF como sendo o momento que se reuniu as raparigas e enviou-se para Nachingwea (4 de Março de 1967) e outras consideram o momento em que estas regressaram a Moçambique já formadas (Moçambique para todos, 2012, Fevereiro 26).

⁴² Trabalhos nos campos da saúde e educação estabelecidos pela FRELIMO nas zonas libertadas (B. Isaacman & Stephen, 1984, p.23).

duas linhas políticas, processo que resultou na expulsão de alguns membros⁴³ do partido (B.Isaacman & Stephen, 1984).

3.4. Perspetivas de igualdade de género

Desde a sua fundação, a FRELIMO abraçou o princípio da igualdade de género. Assim, a emancipação das mulheres foi um princípio central da política da FRELIMO desde o início da guerra de libertação nacional (Maloba, 2007, p. 25). Contudo, como se viu, havia no seu interior duas linhas opostas no que dizia respeito a igualdade de género. Os argumentos dos que se opunham eram de que a luta pela emancipação da mulher era secundária e levaria ao desperdício de forças. Defendiam ainda que os esforços deviam ser todos concentrados na luta contra o colonialismo e reservar a questão da emancipação da mulher para depois de conquistada a independência. Isto porque, segundo estes, só com a construção de uma base económica, social e educacional sólida é que se poderia desencadear a batalha pela emancipação da mulher (Machel, 1974).

Para os que defendiam a emancipação, esta não se tratava de um ato de caridade. Muito pelo contrário, era uma necessidade fundamental da revolução, uma condicionante para a sua continuidade e triunfo. Adicionalmente, a revolução⁴⁴ teria como objetivo essencial a destruição do sistema de exploração e a construção duma nova sociedade, uma sociedade livre de exploração, sendo neste contexto que surgia a necessidade de emancipação das mulheres (Machel, 1974).

Aqueles que se opunham defendiam, por sua vez, que era preciso respeitar as particularidades tradicionais locais⁴⁵, porque arriscava-se perder o apoio das massas, acrescentando que não havia necessidade de emancipar a mulher pois a esmagadora

⁴³ Como é referido no relatório do comité central por ocasião do terceiro congresso da FRELIMO: “eles rejeitaram a participação da mulher na luta armada...Caluniavam da maneira mais grosseira e baixa as mulheres que se integravam no Departamento de Defesa, arvoraram-se em defensores da moral para condenar as mulheres que participavam na luta. Apoiando-se nas tradições mais reacionárias, eles erguiam-se para defender as formas mais degradantes da opressão da mulher: o casamento prematuro, a poligamia, o lobolo, a amantização mesmo com crianças” (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.24-25).

⁴⁴ “Samuel Huntington define revolução como: uma mudança rápida, fundamental e mudanças domésticas violentas nos valores e mitos dominantes da sociedade, nas suas instituições políticas, estrutura social, liderança e atividade governamental e política (Tétreault, 1994, p.3).”

⁴⁵ As quais não se podiam combater na fase da luta armada (Machel, 1974, p.58).

maioria delas era indiferente⁴⁶ ao assunto, e com isto, concluindo que a emancipação era uma imposição da FRELIMO (Machel, 1974).

Os defensores da emancipação, por sua vez, argumentavam que “a ideia de que, a mulher não sentia necessidade de se libertar ou que seria a FRELIMO quem impunha a emancipação às mulheres, era um argumento sem peso. Porque segundo estes, a mulher sentia a dominação e também a necessidade de modificar a sua situação. Concluem que a dominação que a sociedade exercia sobre elas é que lhes asfixiava a iniciativa, impedindo-as de conceberem os métodos da sua luta. Sendo que a intervenção da FRELIMO, como vanguarda do povo moçambicano oprimido, indicaria os tais métodos” (Machel, 1974, p.59).

Para a FRELIMO “não se podia limitar o processo revolucionário a alguns aspectos, negligenciando outros, porque a revolução seria bloqueada. A condição para o desenvolvimento da luta armada era atingir as raízes da exploração. A ideia de emancipar as mulheres só mais tarde, significava deixar as ideias reacionárias ganharem terreno para as combater quando estivessem fortes. A participação da mulher na luta armada permitia-lhe criar condições para a transformação da sua consciência” (Machel, 1974, pp.59-60).

Segundo Machel (1974), a luta pela emancipação da mulher exigia uma definição clara do significado de emancipação, o que iria mitigar as concepções erradas, as quais concebiam a emancipação como uma igualdade mecânica entre homens e mulheres.

Para a mulher se emancipar, era necessário que ela assumisse e vivesse a linha política da FRELIMO, pois a FRELIMO, como uma organização que assumia a totalidade dos interesses das massas exploradas, iria conduzi-las na batalha contra a sociedade que as oprimia. Ao assumir a linha política da FRELIMO, as mulheres teriam de empenhar-se nas tarefas traçadas por esta organização, uma vez que este empenhamento tornar-se-ia um ato concreto que levaria as mulheres a participar nas decisões que afetariam o destino da nação (Machel, 1974).

Um outro aspecto tinha a ver com a aquisição de conhecimentos científicos, os quais possibilitariam à mulher ganhar uma concepção diferente das relações com a natureza e com a sociedade. Com efeito, esta nova concepção seria o ponto de partida para a mitigação dos mitos gerados pelo obscurantismo que colocavam a mulher numa prisão mental, privando-a de iniciativa. Desta forma, a mulher acederia progressivamente a todos

⁴⁶ O acesso a educação por parte dos africanos já era difícil, no entanto somando à exclusão que se impunha às mulheres resultava que maior número de analfabetos era do sexo feminino (B.Isaacman & Stephen, 1984). Portanto, sem escolarização era difícil ela perceber a sua situação perante a sociedade (Maloba, 2007).

os níveis dentro da organização revolucionária e bem como da vida do país, desde os níveis de concepção, decisão e execução, na organização da vida das crianças e hospitais, das escolas e fábricas, do exército e da diplomacia, da arte, ciência e cultura, etc. (Machel, 1974).

3.5. O papel da Organização da Mulher Moçambicana

Na sessão do comité central da FRELIMO, realizada em dezembro de 1968, a questão do papel da mulher na sociedade foi analisada e reiterada a posição de que a emancipação da mulher era uma das questões centrais da revolução. Tanto que, para concretizar esta recomendação, realizou-se a primeira conferência da mulher moçambicana, em 1973 (B.Isaacman & Stephen, 1984).

A primeira conferência da mulher moçambicana⁴⁷ tornou-se um marco na história da revolução moçambicana, particularmente na luta pela libertação da mulher. Nela foi constituída e estruturada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e lançada a palavra de ordem pelo presidente Samora Machel durante o seu discurso de abertura⁴⁸. Esta recém-criada OMM tinha como tarefa a mobilização de todas as mulheres⁴⁹, explicar-lhes a linha política da FRELIMO e envolvê-las no processo revolucionário. O DF e a OMM deveriam atuar como forças complementares na luta de libertação nacional, visto que o DF forneceria o núcleo e força dirigente da OMM, e esta por sua vez iria mobilizar mais mulheres para integrar o DF (B.Isaacman & Stephen, 1984).

A realização da primeira conferência da mulher moçambicana também se destinou a estabelecer a estratégia de mobilização e união de todas as mulheres na luta pela sua libertação e pela libertação do país. Samora Machel, no seu discurso de abertura, expôs a posição lógica da FRELIMO acerca das razões da subordinação das mulheres na sociedade tradicional e a forma correta que a sua luta devia assumir. Segundo este, a luta teria de ser ao mesmo tempo contra o sistema que mantinha a propriedade privada e contra os mecanismos ideológicos e culturais que mantinham as mulheres numa posição subordinada

⁴⁷ Participaram na conferencia mais de 80 delegadas provenientes tanto das zonas libertadas como dos territórios controlados pelos colonos portugueses (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.26).

⁴⁸ Samora Machel, presidente da FRELIMO, declarou nessa conferência⁴⁸ que “a libertação das mulheres era uma necessidade fundamental para a revolução, uma garantia da sua continuidade e uma condição prévia para a vitória” (Maloba, 2007, p.28).

⁴⁹ Novas, velhas, casadas e solteiras.

e que educavam-nas para aceitar essa subordinação, os ritos de iniciação (B.Isaacman & Stephen, 1984).

No entanto, para que a consciência política das mulheres aumentasse, era necessário que elas participassem na produção social e comesçassem a receber uma formação científica e cultural de forma a serem capazes de destruir o obscurantismo que as oprimia mentalmente e as destituía da sua iniciativa criadora. Isto era tarefa da OMM (B.Isaacman & Stephen, 1984).

3.6. Heroínas da luta armada

Moçambique celebra anualmente, no dia 3 de Fevereiro, o dia dos heróis Moçambicanos. Este dia está associado à morte do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Chivambo Mondlane, que “pertence juntamente com Samora Machel, Filipe Samuel Magaia e Josina Machel, ao grupo restrito de heróis fundadores da nacionalidade, a que se junta a Ngungunhane” (Ribeiro, 2005, p.272).

Neste dia são homenageados todos os que participaram na luta armada pela libertação de Moçambique. Assim, esta homenagem estende-se também às mulheres que tenham tido um envolvimento na luta, desde as operárias da fábrica do Búzi, às estudantes do NESAM e Militantes do DF.

O estado Moçambicano, conforme o artigo 15º da Constituição da República, “reconhece e valoriza os sacrifícios daqueles que consagraram as suas vidas à luta de libertação nacional, à defesa da soberania e da democracia” e no seu artigo 122º “...reconhece e valoriza a participação da mulher na luta de libertação nacional, pela defesa da soberania e pela democracia”. Para além de que foi consagrado o dia 7 de Abril como dia da mulher moçambicana. Neste dia é homenageada Josina Machel, que morreu no mesmo dia em 1970. Josina Machel é “considerada modelo de inspiração do movimento de mulheres, e foi um dos membros fundadores do DF (B.Isaacman & Stephen, 1984, p.23).”

Pode ler-se numa resolução do comité central: “o comité central decidiu sob proposta das províncias e das mulheres moçambicanas considerar o dia 7 de Abril, data do falecimento da camarada Josina Machel (...) como dia da mulher moçambicana, para recordar o exemplo de militarismo e sacrifício que a vida da camarada Josina Machel demonstrou tanto como militante clandestina sob a ocupação colonial, como no seio do

DF, onde o seu trabalho pela revolução e pela emancipação da mulher constituiu um exemplo para todos os militantes revolucionários” (J.Machel, 1974).

Este dia é também reservado para celebrar as conquistas da mulher moçambicana e refletir sobre a luta das mulheres pela igualdade de direitos (Katerere, s.d.). Porém, além do dia dedicado à mulher moçambicana, existe ainda o dia 4 de Março que é tido como o dia do Destacamento feminino. Em 2012 celebrou-se o 45º aniversário da criação do DF, e as festividades decorreram sob o lema *A igualdade de género começou com o Destacamento feminino*. De seguida irão ser apresentados excertos de testemunhos colhidos durante estas celebrações que, decorreram um pouco por todo o país e tiveram como palco central a cidade de Maputo.

Deolinda Guesimane⁵⁰: “...Fui colocada no grupo que partiu para a ex-União Soviética para tirar o curso da juventude. Fiquei dois anos e meio na Rússia. Quando regresssei, fui diretamente para Nachingwea, com outras colegas. Em Nachingwea recebi treinos político-militares. Os treinos não foram fáceis, mas eu e as minhas companheiras aguentámos (Notícias apud Moçambique para todos, 2012, Fevereiro 26).”

Francisca Dhlakama: “...aos 15 anos ingressei nas fileiras, recebi os treinos básicos, não havia diferença entre masculinos e femininos só que as mulheres ou melhor o Destacamento Feminino trabalhava mais na retaguarda, isto é, nas zonas libertadas” (STV apud MoçambiqueTV, s.d.).

Marina Pachinuapa⁵¹: “Alguns homens nunca aceitaram a nossa presença e participação na luta. Algumas mulheres diziam que nós, as meninas que decidimos lutar pela libertação da pátria, éramos aventureiras e de conduta duvidosa. Mulheres de má vida. Porém, nós sabíamos qual o rumo que pretendíamos e quais eram os nossos objetivos (Notícias apud Moçambique para todos, 2012, Fevereiro 26).”

Armando Emílio Guebuza⁵²: “tanto os homens como as mulheres precisaram de galgar montanhas de preconceitos para ultrapassar as perceções que ofuscavam a sua visão sobre a contribuição que a mulher poderia, efetivamente, dar à luta de libertação nacional (Notícias apud Moçambique para todos, 2012, Março 5).”

⁵⁰ Tinha 22 anos quando se juntou à Frente de Libertação de Moçambique.

⁵¹ Atualmente é Coronel na Reserva

⁵² Atual Chefe do Estado e do Governo de Moçambique

3.7. Memórias de Protagonistas

Neste ponto irá proceder-se à apresentação de testemunhos de algumas individualidades que estiveram envolvidas na luta armada de libertação nacional. As mulheres aqui mencionadas estavam integradas no DF, e cada uma irá relatar as experiências vividas como membros deste destacamento feminino. De notar que os testemunhos apresentados aqui vão dividir-se em entrevistas diretas, entrevistas recolhidas na imprensa e outras fontes documentais.

As entrevistas diretas foram conduzidas obedecendo a um guião de entrevista que consta em Apêndice a este documento, juntamente com as respostas obtidas. Para além da realização destas entrevistas, houve recolha de testemunhos em fontes documentais e órgãos de comunicação social (*Jornal Noticias* e *Televisão de Moçambique*), bem como em palestras realizadas por ocasião do dia dos heróis moçambicanos e celebração dos 45 anos do DF. Posto isto, passa-se a apresentar em primeiro os testemunhos recolhidos em entrevistas diretas e só depois aos recolhidos noutras fontes.

3.7.1. Testemunhos de entrevistas diretas

Os trechos que se seguem foram compilados a partir das respostas obtidas através do guião de entrevistas (ver Apêndice A – Guião de Entrevistas). Ressalte-se que foi antes feito um esforço para uniformizar o tipo de informação aqui disponibilizada no sentido de criar um padrão, uma vez que as respostas nem sempre se adequavam as perguntas. Isto é, procurou-se filtrar somente aquela informação de maior relevo para o trabalho, ficando o restante pormenor disponível em apêndice para consulta dos interessados. Em suma, a informação de relevo contido nos trechos abaixo diz respeito à idade com que cada uma das entrevistadas entrou para o DF, o tipo de tarefas que executavam ao longo da sua permanência no destacamento, se havia alguma restrição em termos de tarefas que as mulheres podiam executar e, por fim, a forma como foi encarada a sua participação por parte dos restantes elementos do sexo oposto dentro e fora do grupo. De frisar que as individualidades que aqui constam não fizeram parte do primeiro DF, por isso é normal aparecerem alguns pormenores diferentes dos que foram relatados aquando da redação do texto sobre a criação do destacamento, sendo que no final desta apresentação de trechos

proceder-se-á a comparação dos factos constantes nestes trechos com os factos dispostos ao longo do texto sobre a criação do DF.

Rita Xavier Maculene Namarucha, começou a participar na luta de libertação nacional aos 14 anos de idade. Entrou como continuador e estava no grupo cultural, na Tanzânia. Confessa ainda que tudo era igual para todos não havendo restrições ao que as mulheres podiam ou não fazer. Segundo ela, a participação das mulheres na luta armada teve um papel muito importante, uma vez que se descobriu que as mulheres não serviam só para cuidar das crianças, dos maridos e das machambas, mas eram também capazes de fazer o mesmo que os homens faziam. Anteriormente a sua participação na luta armada a mulher era vista como inferior (R.Namarucha, comunicação pessoal, s.d.) (Apêndice B).

Lúcia Wiliamo, tinha 10 anos de idade quando começou a participar na luta de libertação nacional. Afirma que numa primeira fase a sua função era cuidar das crianças. Segundo ela, no princípio havia restrições às tarefas que as mulheres podiam ou não executar, tendo isto mudado mais tarde (L.Wiliamo, comunicação pessoal, s.d.) (Apêndice C).

Lúcia Nsuatchi, tinha 17 anos de idade quando começou a participar na luta armada. Primeiramente desempenhou a função de transporte de material da fronteira da Tanzânia para as bases no interior de Moçambique. Quanto às restrições de tarefas entre homens e mulheres admite não ter havido qualquer problema; homens e mulheres trabalhavam juntos (L.Nsuatchi, comunicação pessoal, s.d.) (Apêndice D).

Georgina João Suelita, aderiu ao movimento de libertação nacional aos 9 anos, como aluna na escola da FRELIMO no centro piloto em Madjedje. Nessa altura a sua função era de transporte de material de guerra, ajudar na mobilização de jovens para a FRELIMO e continuar os estudos. Segundo ela, não havia restrições ao que as mulheres podiam ou não fazer (G.Suelita, comunicação pessoal, s.d.) (Apêndice E).

Fátima Makomo Sanzou, tinha a idade de 21 anos quando começou a participar na luta armada. Ingressou como militar, e juntamente com os camaradas masculinos, carregava material de guerra entre bases da FRELIMO. Foi mais tarde enviada para Tanzânia, para estudar, com objetivo de tornar-se instrutora no Campo de Instrução

Político Militar de Nachingueia. Segundo ela, homens e mulheres faziam os mesmos trabalhos (F.Sanzou, comunicação pessoal, s.d.) (Apêndice F).

Maluisa Thapuleta, tinha 18 anos quando se juntou a FRELIMO, e as funções que desempenhava era a de transporte de material. Segundo ela não havia restrições ao trabalho que a mulher podia ou não fazer (M.Thapuleta, comunicação pessoal, s.d.) (Apêndice G).

André Soares Wiliamo⁵³: Quando o Destacamento Feminino entrou, havia dúvidas sobre sua participação. Como era possível juntar homens e mulheres? Mas com o passar do tempo a dúvida foi dissipada. Não havia divisão em termos de tarefas entre a mulher e o homem, que cumpriam as mesmas tarefas (A.Wiliamo, comunicação pessoal, s.d.) (Apêndice H).

De acordo com as declarações aqui dispostas, e remetendo para uma comparação com os factos absorvidos em fontes bibliográficas sobre a participação das mulheres na luta de libertação nacional, nota-se que existe concordância. Todavia, estas mulheres apesar de terem aderido ao movimento ainda durante os primeiros anos de formação, não fizeram parte do primeiro DF e muitas delas não chegaram a participar em combate.

3.7.2. Testemunhos de excertos de entrevistas colhidas em fontes documentais

Estas entrevistas foram colhidas em fontes documentais, e por sua vez não obedecem a um padrão idêntico às entrevistas diretas. Muitas das entrevistas aqui presentes encontravam-se apenas em trechos muito curtos, os quais foram aproveitados os conteúdos com interesse para o trabalho, nomeadamente os que diziam respeito às mulheres integrantes do DF.

Filomena Likune, afirma ter havido pessoas contrárias à proposta de criar um segmento feminino no exército da FRELIMO. Acrescenta ainda que se duvidava da capacidade das mulheres para a guerra e achava-se que a contribuição delas para o

⁵³ É casado com a senhora Lúcia Wiliamo.

processo revolucionário deveria se restringir ao trabalho nas machambas⁵⁴ e demais tarefas de apoio (Revista Tempo apud Santana, 2009, p.74).

Mônica Chipitula: O nosso trabalho era importante porque havia pessoas que estavam convencidas que a guerra seria de curta duração e então desesperavam. Tínhamos de encorajá-las. Íamos fazendo estas tarefas, mas só depois do treino político em Nachingwea, a nossa ação se mostrou mais vigorosa (Revista Tempo apud Santana, 2009, p.74).

Anónima⁵⁵: Quando nós, mulheres, começámos a trabalhar, houve oposição à nossa participação porque isso era contrário à nossa tradição. Iniciamos então uma grande campanha, explicando por que razão nós também devíamos combater, que a guerra desencadeada pela FRELIMO era uma luta popular, na qual todo o povo devia participar, que nós mulheres éramos mesmo mais oprimidas que os homens, que tínhamos os mesmos direitos e a mesma determinação de combater. Insistimos para que nos fosse dado treino militar e armas (Voz da Revolução apud Santana, 2009, p.75).

A conclusão que podemos tirar destes trechos é que estes confirmam o que nos aparece nas fontes bibliográficas. A mulher viu-se envolvida num mundo onde a sua presença não era vista com bons olhos e isto originou, como se pode ver, várias reações desde a sabotagem silenciosa à manifestação verbal nas reuniões do partido, atitudes que eram combatidas pela liderança da FRELIMO.

⁵⁴ Horta

⁵⁵ Uma combatente maconde que não quis ser identificada

Capítulo 4

A Situação Atual das Mulheres em Moçambique

4.1. Políticas sociais para a igualdade de género

Como se vem mostrando, a preocupação com a mulher em Moçambique tem sido levada em consideração desde a luta de libertação nacional. Como se esperaria, as questões relacionadas com a igualdade de género foram tidas em conta na constituição da República em 1975 (Hanlon, WLSA e UNDP apud Raimundo, s.d.). As constituições seguintes defendem o mesmo princípio, o da igualdade de género, e proíbem a discriminação com base no sexo. Do mesmo modo, este princípio é reforçado pela ratificação da convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW) (Bergh-Collier, 2007).

Além da CEDAW, Moçambique ratificou ainda a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981), o Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativo ao Direito das Mulheres em África (2005), a Declaração solene sobre Igualdade de Género em África (2004), a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento (1991), a Adenda à Declaração da SADC (1998), os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000) e a Plataforma de Ação de Beijing (1995) (Andrade apud WLSA, 2006).

Com a assinatura de tais tratados, o país compromete-se a rever as leis discriminatórias e a formular novas políticas e programas para o benefício das mulheres (Tvedten, Paulo & Montserrat, 2008). Tomemos como exemplo a recente revisão da lei de família, “esta que talvez seja a lei mais importante existente que defenda a mulher e a igualdade de género em Moçambique” (Assembleia da República apud Tvedten, Paulo & Montserrat, 2008, p.38).

Além destas leis foi também implementado o Plano Nacional para o Avanço da Mulher, com duas edições (PNAM 2002-2006 e Pnam 2007-2009). A última edição contemplou sete áreas críticas de intervenção: pobreza e emprego; saúde e HIV/SIDA; educação e formação das raparigas, direitos das mulheres e violência; poder e presença nos organismos de tomada de decisão; meio ambiente e agricultura; e mecanismos

institucionais para o avanço da mulher. As leis e políticas assinaladas tiveram, no entanto, efeitos limitados, para isso contribuindo a falta de enquadramento político e o facto de muitas mulheres desconhecerem os seus direitos e/ou a forma de os exercer. A aprovação, em 2007, da Política de Género e a Respetiva Estratégia para a sua Implementação (PGEI) constituiu uma tentativa de superar essas dificuldades (Tvedten, Paulo & Montserrat, 2008, pp. 38-39). As questões de igualdade do género foram pois assumindo uma posição de destaque na agenda política. A criação, em 2000, do Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS) e a Direção Nacional da Mulher (DNM), no interior do MMAS constituem exemplos⁵⁶.

Além das estruturas governamentais, há que mencionar o papel das organizações da sociedade civil, surgidas a partir do início da década de 1990. Destas, a mais conhecida pelo trabalho que desenvolve em prol da igualdade de género é o Fórum Mulher. Nele se incluem Organizações Não Governamentais (ONG), Sindicatos, Ligas de Mulheres e de Partidos Políticos, agências beneméritas, entre outros. Além de influenciar o governo e a sociedade na adopção de políticas e práticas, o Fórum fornece serviços aos seus membros através de assistência técnica na análise de género, integração e advocacia. Esta e outras organizações da sociedade civil vêm assim desempenhando um papel “importante na igualdade de género e empoderamento da mulher em Moçambique” (Tvedten, Paulo & Montserrat, 2008, pp.47-48).

4.2. As mulheres no ensino

Com a independência, o acesso à educação tornou-se um direito garantido pela constituição a todos os cidadãos da República Popular de Moçambique. Assim, uma das medidas do governo da FRELIMO foi nacionalizar a educação e torná-la gratuita. Com efeito, entre 1973 e 1978 o número de jovens a frequentar a escola primária subiu de 586.868 para 1.419.297, um aumento de 170% (B.Isaacman & Stephen, 1984).

Entre os anos 80 e 90 o sistema de educação sofreu uma estagnação, devido à destruição de infraestruturas sociais e económicas causadas pela guerra civil (Norte apud Cuambe, 2010), o que por sua vez veio por em causa os progressos que estavam a ser vividos pela mulher a nível da educação.

⁵⁶ “O MMAS tem como missão a garantia da igualdade de género e protecção social básica dos grupos mais vulneráveis⁵⁶ (www.mmas.gov.mz).”

De seguida apresentam-se alguns indicadores referentes à situação das mulheres no que respeita à educação. Baseamo-nos, fundamentalmente, nos dados do Censo da população Moçambicana, publicado em 2008, nos dados do World Economic Forum, mais precisamente o Global Gender Report (2011) e nos dados do African Development Bank (2011).

4.2.1. Taxa de Analfabetismo

As taxas de analfabetismo tendem a reduzir-se, tanto no geral como entre sexos, o que espelha o esforço levado a cabo pelo governo por forma garantir a igualdade de género em todos os sectores, de entre estes a educação. Mas as mulheres continuam ainda em desvantagem registando taxas mais altas que os homens. Por exemplo, em 2008, que foi a última medição a taxa de analfabetismo das mulheres, esta situava-se nos 59,9% e era praticamente o dobro da taxa dos homens (30,5%), conforme se pode observar a partir da Tabela A.1. (Anexo A ao presente documento).

4.2.2. Taxa bruta de escolarização no ensino primário e secundário

No ensino primário, a taxa bruta de escolarização regista várias oscilações durante o período em análise (1970-2010). Contudo, em todos os anos as mulheres aparecem com taxas inferiores (ver Tabela A.1).

Pode se observar ainda que no ensino secundário estas registam crescimento uniforme desde o início até ao final do período em análise. Contudo, mantém-se de igual forma a superioridade das taxas masculinas.

Com estes dados podemos observar que à medida que vai se evoluindo de nível existe menor afluência de raparigas, como é o caso do ensino secundário por exemplo.

4.2.4. Taxas de conclusão escolar no ensino primário e secundário

Tanto no Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1) como no Ensino Primário do Segundo Grau (EP2) as mulheres apresentam as taxas mais baixas de conclusão escolar, como se pode observar no Gráfico A.1. (Anexo A ao presente documento).

Em comparação com o ensino secundário, o Ensino Primário regista as taxas de conclusão escolar mais altas, tanto para homens como para mulheres. Tendo em conta que, dentro do Ensino Secundário Geral (ESG), o Ensino Secundário Geral do Primeiro Grau (ESG1) detém as taxas mais altas, sem diferenças significativas entre sexos (ver o Gráfico A.2).

Como já se pôde testemunhar anteriormente, aquando da abordagem das taxas de escolarização, à medida que o nível académico aumenta existem menos mulheres nos últimos anos de cada ciclo, portanto é normal que a taxa de conclusão escolar delas seja baixa.

4.2.5. Matriculados e graduados no ensino superior

No total existiam 43.233 alunos matriculados no ensino superior em 2006, público e privado, dos quais 34,1% eram mulheres. Nesse ano, o total de alunos graduados do ensino superior foi de 4.580 dos quais 38,1% eram mulheres (ver Tabela A.2, em Anexo A ao presente documento). É de notar que as mulheres, apesar de poucas em número, obtiveram taxas de aproveitamento geral maior que a dos homens.

Em suma, e para termos uma visão mais global das desigualdades de género no que respeita ao ensino, refira-se que, num total de 135 países, Moçambique surge na 124ª posição, apresentando uma pontuação de 0,812, para uma média geral de 0,928. Os níveis de maior desigualdade surgem em relação à literacia (0,59) e à frequência no ensino superior (0,49), situando-se muito abaixo da média geral (acima dos 0,80) (Ver Anexo B – Dados do Gender Gap Report, 2011 e ainda Anexo C – Gender Gap – Ranking dos países da África Austral + Portugal)⁵⁷.

⁵⁷ Para uma melhor compreensão das pontuações, refira-se que a escala se situa entre 0,00 (desigualdade) e 1,00 (plena igualdade).

4.3. As mulheres no mercado de trabalho

Segundo B.Isaacman e Stephen (1984), nos primeiros anos após a independência, Moçambique já assumia uma posição de destaque no que respeita a conquista da igualdade de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho. Além disso, “Moçambique é signatário de oito convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a saber. 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138” (informação da ITUC apud Klaveren, Tijdens, Hughie-Williams & Martin, 2009, p.14). A convenção 111 exige a igualdade de sexo em termos de acesso ao emprego e a determinadas ocupações, assim como em termos de condições de emprego; a convenção 100 por sua vez, estabelece o princípio de salário igual para trabalho igual, independentemente do sexo (B.Isaacman e Stephen, 1984).

A lei do trabalho Moçambicana, além de assegurar a proteção da maternidade e da paternidade, no seu artigo 11º, dedicado especialmente às mulheres trabalhadoras, protege-as durante o período da gravidez e após o parto (Lei n.º 23/2007, 2007).

De forma a espelhar a representatividade das mulheres no mercado laboral, irá de seguida explorar-se alguma informação estatística disponibilizada pelo INE, African Development Bank e World Economic Forum, através de suas publicações⁵⁸.

4.3.1. População economicamente ativa e áreas de atividade

De acordo com a definição oficial, “entende-se por força de Trabalho ou população economicamente ativa (PEA), toda a população com 15 ou mais anos de idade que esteja ocupada⁵⁹ e também aquela que no período de referência esteve desocupada, mas disponível para realizar qualquer atividade económica” (INE, 2008,p.33).

Nos grupos etários mais jovens existem mais mulheres que homens na força de trabalho, como se pode observar pelo Gráfico A.3. (em Anexo A ao presente documento). Estas taxas tendem a reduzir à medida que se avança na idade.

Em 2010, a percentagem da força de trabalho feminina representava 51,8%, valor ligeiramente inferior ao que se havia registado em 2005 (52,5%), como pode se ver na Tabela A.3. (Anexo A).

⁵⁸ Mulheres e Homens em Moçambique: Indicadores selecionados de género (de 2008); Gender, Poverty and Environmental Indicators in Africa Countries (de 2011); e The Gender Gap Report (de 2011), respetivamente.

⁵⁹ Que trabalhou ou tinha emprego no período de referência (INE, 2008, p.33).

Tanto as mulheres como os homens trabalham sobretudo na agricultura, mas a percentagem de mulheres com essa ocupação (87,3%) é superior às percentagens totais (78,5%) (ver Tabela A.6).

A maior parte da população moçambicana trabalha por conta própria (62%), estando as mulheres (57%) abaixo dessa média. Em contrapartida, e como se esperaria dadas as circunstâncias da sociedade moçambicana, as mulheres estão mais representadas no trabalho familiar não remunerado (38%). Por fim, o trabalho remunerado tem uma expressão reduzida (13% no total e 6% para as mulheres) (ver Tabela A.4)

Assim, os sectores público e privado (excluindo as atividades por conta própria), adquirem expressão reduzida na caracterização de mercado de trabalho, sendo de realçar que a categoria “Outros” tem um peso significativo na ocupação das mulheres (40%), estando aqui incluído o trabalho familiar não remunerado, o trabalho em ONG’s e em outras associações.

4.3.2. Taxas de emprego e de desemprego

De acordo com a definição oficial, a taxa de emprego define a relação entre a população empregada e a população economicamente ativa (INE, 2008, p.37). Quanto a este indicador, verifica-se que os valores femininos são superiores em todas as situações selecionadas, isto é, área de residência, nível de educação e estado civil. Apenas se registam duas exceções, referentes à região Sul e aos viúvos, casos em que a taxa de emprego dos homens é superior à das mulheres. (ver Tabela A.5).

As taxas de desemprego⁶⁰ das mulheres são também superiores às verificadas para os homens, quer seja em zonas urbanas ou em zonas rurais. Nos totais apurados para 2005, essas taxas representam 21,7% e 18,7%, respetivamente para mulheres e homens (ver Tabela A.7). Note-se que as taxas de desemprego mais expressivas se registam nas províncias de Maputo, Maputo-cidade e Niassa (INE, 2008, p.44).

Em síntese, numa análise mais global da situação comparativa das mulheres quanto à participação económica, proporcionada pelo Global Gender Report (2011), podemos

⁶⁰ “ O conceito de desemprego também considera aquelas pessoas que se tinham declarado como empregadas nas seguintes condições: i) trabalhadores ocasionais (sem trabalho regular), ii) trabalhadores por conta própria fora da agricultura com trabalho regular, mas que não exerceram suas atividades no período de referência. Com efeito as mulheres aparecem em contraste, aparecendo com taxas de emprego superiores e depois aparecendo com taxas de desemprego superiores (maior parte das mulheres empregadas são as trabalhadoras por conta própria e trabalhadores familiares sem remuneração) (INE, 2008, p.43).”

dizer que esta é consideravelmente superior à média dos 135 países considerados (0,782 em Moçambique, para uma média de 0,588). É enquanto força de trabalho que as mulheres moçambicanas mais se distinguem pela positiva (0,99, quando a média é de 0,68). Esta pontuação desce, quando o índice considera a igualdade salarial, aqui a pontuação de Moçambique (0,66) é semelhante à observada na média geral dos países.

4.3.3. As mulheres no sector informal

O crescimento das taxas de desemprego e o desenvolvimento descontrolado da cidade de Maputo não deixou muitas alternativas à maioria dos cidadãos, que eram na sua maioria de origem camponesa, a não ser optar pelo sector informal⁶¹ (Cimeira Nacional para o Desenvolvimento Social de Copenhaga, Relatório Nacional de Moçambique, 1995 apud Cruz e Silva, 2005).

Segundo Cruz e Silva (2005) “a maior parte dos agentes informais em Moçambique são mulheres” (ver Tabela A.8). É de referir que foram as mulheres que iniciaram e desenvolveram estas atividades com o objetivo de fazer face à crise alimentar que assolou o país na década de 80 (Cruz e Silva, 2005; ASSOTSI apud Cruz e Silva, 2005). Por esta razão não é de admirar a predominância das mulheres na maior parte dos mercados informais de Moçambique. Estes surgiram da ideia das mulheres se reunirem para venderem os seus produtos em determinados locais definidos (Frias, 2006), produtos esses que antes vendiam na berma das estradas (Cruz e Silva, 2005).

“Hoje a mulher já não está apenas associada a atividades do pequeno comércio retalhista de bens alimentares e vestuário, mas abarca outras áreas mais diversificadas, nomeadamente o comércio interprovincial e transfronteiriço. O seu envolvimento nos negócios, que a obrigou a passar a maior parte do tempo fora do espaço do lar, e o facto de em muitas famílias, o maior rendimento económico ser garantido pela mulher, trouxe consigo vários problemas de carácter familiar e social, que envolvem relações de poder e alterações nas relações de género (Cruz e Silva, 2005, p.17).

O tipo de atividades acima referido e o modo como são encaradas pela sociedade e pela família, tem merecido atenção por parte da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI), e do conjunto de operadores do sector

⁶¹ “Utiliza-se a expressão sector informal para referir-se aos indivíduos que participam numa atividade comercial, sem possuir licença para o seu exercício, e que não sendo diretamente taxada está abrangida pelo pagamento de taxas específicas às autoridades municipais (MOA/MSU apud Cruz e Silva, 2005, p.3).”

informal. A Associação “tomou algumas medidas⁶² no sentido de moralizar a sociedade e impor regras para o respeito da mulher dentro e fora dos mercados” (Cruz e Silva, 2005, p.17).

4.4. As mulheres na política

Moçambique é frequentemente elogiado por ter aumentado de forma contínua o número de mulheres dirigentes na esfera pública (Bergh-Collier, 2007, p.57). Um exemplo disto é a recente atribuição do prémio africano de género, em 2010, pela *Femmes Africa Solidarité*, “o qual visa reconhecer os esforços desenvolvidos no país no âmbito do empoderamento da mulher moçambicana” (Fórum Mulher, 2010).

Após a proclamação da independência havia uma única mulher no governo de Moçambique⁶³ (Tétreault, 1994, p.43). Presentemente existem 8 ministras num total de 29 lugares disponíveis, 5 vice-ministras, 3 governadoras Provinciais para um total de 11 províncias, 36 administradoras distritais para um total de 140 distritos e 3 mulheres presidentes de concelhos municipais para 11 lugares existentes (www.portaldogoverno.gov.mz/ & www.mae.gov.mz/).

Tanto a nível ministerial como a nível distrital, a mulher tem o mesmo nível de participação, isto é a percentagem de ministras (25,5%) e a percentagem de administradores distritais (25%) não diferem em muito, embora a maior percentagem de mulheres seja encontrada a nível dos governos provinciais (27,3%) e Assembleia da República (37,2%). Porém, ao nível das autarquias locais regista-se a menor percentagem de mulheres (7%), conforme a Tabela A.9.

“A criação do Núcleo de promoção da mulher na função pública, em 1995, com o objetivo de promover a entrada das mulheres no sector público poderá justificar estas conquistas por parte das mulheres (Bergh-Collier, 2007, p.57). Note-se que Moçambique tem uma percentagem alta de mulheres no parlamento, que deve em grande parte ao sistema de quotas adotado pela FRELIMO, pelo que as mulheres devem perfazer um terço

⁶² “Como uma das medidas esta associação estabeleceu regulamentos que impõem à mulher, uma determinada postura na forma de trajar e no trato com os clientes, do mesmo modo que, exigem o respeito mútuo entre os operadores e trabalhadores e entre estes e os seus clientes, independentemente do sexo (Cruz e Silva, 2005, p.17).”

⁶³ “Graça Machel foi a única ministra em Moçambique até a sua resignação em janeiro de 1989, ocupava a pasta da educação. Após esta resignação nenhuma outra mulher serviu o governo de Moçambique até 1991 quando foi eleita Salomé Moiane, que esteve por muito tempo como diretora da OMM, como ministra dos negócios estrangeiros (Tétreault, 1994, p.43).”

das candidaturas. E ainda, as metas da SADC exigiam que até 2005 a percentagem de mulheres nos postos de decisão fossem de 30%” (Bergh-Collier, 2007, p.58).

Assim, segundo o autor supra-citado, “apesar de existirem ainda barreiras de vária ordem à sua integração, é notório que a mulher em Moçambique vem dando passos largos na caminhada para atingir a paridade de género nos órgãos de tomada de decisão” (Bergh-Collier, 2007, p.58).

Usando, mais uma vez, os dados do Global Gender Report (2011), confirma-se que Moçambique tem feito um caminho assinalável quanto ao empoderamento político das mulheres, ocupando o 12º lugar no conjunto dos 135 países analisados. A pontuação do país neste indicador é de 0,346, para uma média de 0,185, e a situação tendencialmente mais igualitária ocorre no Parlamento (sendo a pontuação de 0,66 para uma média de 0,22).

4.5. As mulheres nas Forças Armadas

Neste ponto pretende-se caracterizar a representatividade das mulheres nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), ilustrando esta informação por categorias e classes de militares. Por imperativos decorrentes da ausência de dados, esta aspiração não foi conseguida na sua totalidade.

As FADM foram criadas ao abrigo do acordo geral de paz. Este acordo veio decidir a desmobilização dos efetivos envolvidos no conflito interno e a criação de forças armadas apartidárias, formadas exclusivamente por cidadãos moçambicanos provenientes de ambas as partes envolvidas na guerra civil, devendo a sua composição garantir a inexistência de qualquer forma de discriminação racial, étnica, de língua ou de confissão religiosa. De notar que estes termos do acordo geral de paz não são específicos quanto à discriminação baseada no género, contudo presume-se que esta também esteja implícita (Lei n.º 13/92).

No entanto, face a persistência de práticas anti igualdade de género e do facto de que os efetivos que iriam servir de base para a criação das novas FADM terem mais homens que mulheres, a desmobilização esteve mais virada para os homens (Madeira, 1999).

Se considerarmos o facto de existirem mulheres nas forcas especiais de Moçambique, mais especificamente Fuzileiros Navais e Comandos, pode-se deduzir que no exército moçambicano não haverá qualquer tipo de restrições às mulheres naquela

instituição (Diáriomoz, 2011, Setembro 20 & AIM apud Verdade, 2009, Dezembro 1).

Por oposição, e segundo notícia publicada recentemente, as mulheres representam 5% dos efetivos das FADM. De notar que não se fazia diferenciação por categorias⁶⁴ (TIM, 2012, Maio 8 & AIM apud Sapo Notícias, 2012, Maio 3).

Contudo nota-se que há tendência para a evolução. Ora, em termos gerais, o nível de participação feminina nas forças armadas aumentou em 0,5%, situando-se atualmente em 5% dos efetivos das FADM. Todavia ainda representa a mais baixa percentagem feminina nos exércitos da região da África Austral, cuja liderança nesse aspecto é assegurada pela República da África do Sul com 27% de militares do sexo feminino nas suas fileiras (AIM apud Sapo Notícias, 2012, Maio 3).

Apesar de deter menor percentagem de mulheres nas suas fileiras, as FADM mostram uma maior abertura às mulheres, uma vez que podemos encontrá-las em praticamente todas as especialidades e a ocupar postos elevados na instituição militar. Veja-se que recentemente foram promovidas um número considerável de mulheres às patentes de Coronel e Tenente-coronel (Noticias apud Maputo, s.d.). Ainda, nas escolas de formação, por exemplo na Academia Militar Samora Machel, “não existem restrições ao ingresso de mulheres nos vários cursos ministrados”⁶⁵.

4.6. Violência contra a mulher

A violência contra a mulher é encarada como um problema muito grave e uma enorme barreira para o desenvolvimento da mulher em Moçambique. Dados do Ministério do Interior sobre a violência doméstica indicam que esta tem atingido níveis alarmantes nos últimos anos. Contudo esses números não refletem a realidade uma vez que ainda são muitas as vítimas que não apresentam queixa, por razões culturais, sociais e ou económicas (Governo de Moçambique, 2008).

A violência contra a mulher ocorre nos locais de trabalho, nas escolas, locais públicos e no espaço privado do lar, sendo esta última tipificada como violência doméstica. Ressalte-se que a violência doméstica aparece com maior frequência em Moçambique, e

⁶⁴ Oficiais, Sargentos e Praças

⁶⁵ Informação obtida em entrevista informal ao 2º Comandante da Academia Militar Marechal Samora Machel em Nampula

assim sendo, várias organizações que trabalham em prol da mulher têm-se mobilizado para combater esta forma de violência contra a mulher⁶⁶ (WLSA, 2003).

A violência doméstica aparece muitas vezes como parte integrante das tradições e cultura popular, por isso não é considerada uma violação de direitos humanos. Assim sendo, a violência contra as mulheres funciona como uma forma de demarcação e fixação de limites, e fixação dos comportamentos e atitudes apropriados. No caso específico da violência doméstica, esta é justificada como resposta as transgressões e também como um dissuasor para evitar futuras transgressões⁶⁷ (WLSA, 2003).

O governo de Moçambique, no âmbito dos esforços que tem vindo a imprimir juntamente com seus parceiros internacionais, elaborou o Plano Nacional de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher, que é em simultâneo um instrumento operacional do Plano Quinquenal do Governo (PQG), do Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARPA III), da PGEI e do PNAM (Governo de Moçambique, 2008).

Para além deste plano, existe ainda a Lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher, Lei n.º 29/2009, que se destina a sancionar os infratores e prestar às mulheres vítimas de violência doméstica a necessária proteção, garantir e introduzir medidas que forneçam aos órgãos do estado os instrumentos necessários para a eliminação da violência doméstica.

4.7. Testemunhos sobre a emancipação da mulher moçambicana

Os testemunhos aqui presentes pretendem ser apenas ilustrativos, como já se havia referido anteriormente. Por isso procurou-se apenas buscar trechos que podem testemunhar a evolução do estatuto da mulher dentro da sociedade moçambicana. Esta recolha de testemunhos pretendia privilegiar a opinião do cidadão comum de Maputo, uma vez que, melhor que ninguém, está em contacto diário e em várias perspectivas com a realidade social das mulheres moçambicanas. Mas para tal seria necessário efetuar um deslocamento

⁶⁶ Através do programa “todos contra a violência”, a Kulaya, a Muleide, a Associação das Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica, a OMM, o Fórum Mulher e tantas outras, contribuíram com os seus esforços para viabilizar este problema e para fazer dele um objeto legítimo de pesquisa e de intervenção (WLSA, 2003)

⁶⁷ “A este propósito, nos anos 90, na cidade de Chimoio um informador explicou a violência doméstica da seguinte forma: deve-se bater sempre que uma mulher não cumpra os seus deveres, mas deve-se bater com maneiras. Se se passar um ano ou dois sem ter havido faltas, mesmo assim é preciso bater pelo menos uma vez, para que ela, a mulher, não se desabitue. Senão, quando houver motivos de verdade, ela, que já se acostumou a não apanhar, vai se revoltar (WLSA, 2003).”

para Maputo, o que não foi possível devido a condicionamentos de ordem financeira. Por este motivo procedeu-se à recolha em órgãos de comunicação social nacionais, nomeadamente o *Jornal Notícias*. Todavia, devido à limitação imposta em termos de páginas para este trabalho, apresentam-se apenas 4 testemunhos.

Dom Dinis Sengulane⁶⁸ “a emancipação da mulher já é uma realidade, mas em crescimento que exige atenção e empenho de todos, homens e mulheres, religiosos e não religiosos, governantes e governados. Notamos vários exemplos, sobretudo na liderança, quer a nível da governação quer noutras esferas da vida que têm como pilar a mulher (Notícias, 2009, Abril 07).”

Salomão Muiambo⁶⁹: “A emancipação da mulher moçambicana é um grande ganho decorrente da luta que ela própria desenvolve em prol da sua consolidação. (...) As perspectivas que se vislumbram para a mulher moçambicana são boas (Notícias, 2009, Abril 07).”

Jacinta Nhamitambo⁷⁰: Enuncia que a presença da mulher já é notória nos postos de tomada de decisão e mesmo ao nível da educação. Refere ainda que ultimamente a mulher tem vindo a se notabilizar em diversas áreas e aponta a representatividade no governo como um exemplo (Notícias, 2009, Abril 07).

Ângela Pedro Francisco⁷¹: defende que a emancipação da mulher é uma realidade em Moçambique e aponta para si mesma como exemplo, sendo a única mulher piloto no país. Reforça ainda que a emancipação é fruto de muita perseverança (Notícias, 2009, Abril 07).

De salientar que estas declarações foram feitas por ocasião do dia 7 de abril, dia em que além de ser reservado para as atividades dedicadas à celebração do Dia da Mulher Moçambicana, é também reservado para a reflexão sobre às conquistas efetuadas e desafios futuros na luta pela emancipação da mulher moçambicana.

⁶⁸ Bispo da Diocese dos Libombos

⁶⁹ Jornalista do Notícias e secretário do comité local do sindicato nacional de jornalistas

⁷⁰ Jornalista da Rádio Moçambique (RM)

⁷¹ Piloto das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), e neste momento é a única mulher nesta profissão em Moçambique

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

5.1. Conclusões

É de realçar que este estudo teve como principal objetivo investigar o protagonismo das mulheres na atual sociedade moçambicana, procurando compreender se existem relações com a sua participação na luta armada, esta que emerge com a criação do Destacamento Feminino. Para o efeito foram levantadas três hipóteses, que se discutem de seguida. As duas primeiras hipóteses estão associadas à primeira pergunta derivada que pretendeu saber se a criação do Destacamento Feminino continha referências explícitas a igualdade de género.

Hipótese 1: A luta da FRELIMO visava não só libertar Moçambique mas também impulsionar uma revolução social. Como tal nos textos da FRELIMO e nos testemunhos encontramos referências específicas à promoção da igualdade de género.

Com base nas fontes bibliográficas consultadas, a criação do Destacamento Feminino por parte da FRELIMO destinava-se a impulsionar uma revolução social. Visto que, quando este foi criado, pretendia envolver as mulheres no conflito de forma a facilitar a sua posterior integração na vida política nacional após conquistada a independência, conforme as declarações de Samora Machel que pudemos presenciar ao longo deste trabalho. Enfim, a FRELIMO desde cedo promoveu a igualdade de género, podendo isto ser confirmado mais uma vez através dos trechos dos discursos do presidente Samora Machel patentes ao longo do texto o qual defendia que "...a libertação da mulher era uma necessidade fundamental da revolução...". Deste modo, consideramos ter apresentado elementos que fundamentam a primeira hipótese.

Hipótese 2: A inclusão de mulheres por parte da FRELIMO visava apenas colmatar a falta de efectivos, por conseguinte não há nos textos do movimento e nos testemunhos referências explícitas à igualdade de género.

Apesar da FRELIMO ter estado sempre em desvantagem numérica e até mesmo tática durante as campanhas ultramarinas, esta hipótese é anulada. De facto, como se assinalou na discussão da primeira hipótese, os textos do movimento continham referências explícitas à

igualdade de género, e a emancipação das mulheres foi um princípio central da política da FRELIMO, ainda que, como se viu, no interior do movimento também se encontrassem tendências contrárias. Importa ainda realçar que foram as mulheres que, de certa forma, exigiram que lhes fosse facultado treino militar, e elas próprias já estavam empenhadas na luta, organizando algumas formas de resistência. Em suma, a FRELIMO não recorreu à inclusão de mulheres nas suas fileiras unicamente para colmatar a falta de efetivos. Todavia é verdade que as mulheres contribuíram para o aumento do número de efetivos, como combatentes ativas, mas também através da participação nas campanhas de mobilização e sensibilização da população para se juntar a causa da FRELIMO. Por todas estas razões pode-se concluir que a criação do Destacamento Feminino promovia a igualdade de género, como também verificámos através das entrevistas aplicadas a ex-combatentes e como relatámos através dos vários testemunhos recolhidos na imprensa moçambicana.

A terceira e última hipótese, por sua vez, está associada com a segunda e terceira pergunta derivada. A segunda pergunta questionava se as recompensas sociais pela participação na luta armada seriam semelhantes para homens e mulheres. A terceira visava saber se, tendo em conta o historial dessa participação, o número de mulheres nas Forças Armadas de Moçambique se pode considerar significativo.

Hipótese 3: As mulheres beneficiam dos direitos adquiridos pela participação na luta armada nos mesmos termos em que estão definidos para homens. Discutindo esta última hipótese, importa dizer que, como está consagrado na Constituição da República, os direitos adquiridos pela participação na luta armada não distinguem sexos. Todos os que combateram durante a luta armada, homens e mulheres, nos dias de hoje ostentam o estatuto de antigos combatentes da luta de libertação nacional. Contudo, derivado da persistência de práticas tradicionais, em algumas circunstâncias parece haver discriminação, como é o caso da desmobilização e reestruturação do exército após a assinatura dos acordos de Roma⁷². Todavia, o governo moçambicano tem vindo ultimamente a realçar o seu reconhecimento da participação das mulheres na luta de libertação nacional, através da realização de várias palestras onde participam antigas combatentes da luta de libertação nacional. Isto não nos deixa dúvida de que as mulheres gozam oficialmente de algum reconhecimento social decorrentes da sua participação na luta de libertação nacional, mas pela persistência de “práticas sociais retrógradas”, como

⁷² Acordo Geral de Paz, assinado em 1992 entre a FRELIMO e a RENAMO que pôs termo a guerra civil que já durava a 10 anos desde 1982.

apelidou o Presidente Samora Machel, caso não saibam reclamar seus direitos, ou não tenham enquadramento propício, podem sofrer discriminação. Ainda, aquando da realização das entrevistas todas as mulheres entrevistadas foram unânimes em expressar esta mesma recompensa social pela participação na luta de libertação nacional.

Quanto à participação das mulheres no efetivo atual das FADM, se tivermos em conta o discurso que enaltece a sua participação na luta de libertação nacional e remetendo também para uma comparação com os países da região Austral a presença das mulheres nas FADM é pouco expressiva. De facto, ao contrário do que se poderia esperar, a percentagem de mulheres nos efetivos militares de Moçambique (5%, segundo as estimativas a que tivemos acesso), é a mais baixa de toda a África Austral. Mas, apesar desta inferioridade numérica, em certo sentido existe maior abertura da instituição militar às mulheres. Isto porque as mulheres podem concorrer para qualquer especialidade das FADM em mesmo pé de igualdade com os seus camaradas do sexo masculino, é o caso da recente consagração de 11 mulheres à especialidade de comandos e uma mulher que terminou há pouco o curso de fuzileiros navais na Academia Militar Samora Machel, em Nampula.

Assim, para concluir a discussão da última hipótese, podemos dizer que as participantes na luta armada beneficiam formalmente do mesmo reconhecimento social atribuído aos homens, ainda que persistam algumas dúvidas, designadamente quanto ao modo como foi conduzido o processo de desmobilização. Essa herança da história recente, embora muito enaltecida nos discursos, não tem, como se aferiu, um impacto significativo no efetivo de mulheres nas FADM.

Em síntese podemos agora responder à pergunta de partida: “Que influência teve o Destacamento Feminino para a emancipação da mulher em Moçambique?”, dizendo que a criação deste destacamento funcionou como um trampolim, na medida em que veio possibilitar a participação da mulher na luta armada enquadrada num “exército” regular, pondo-as lado a lado com os camaradas masculinos o que serviu para quebrar as crenças de que as mulheres não eram capazes de desempenhar as mesmas tarefas que os homens. A partir do momento que os homens começam a testemunhar esse envolvimento, começam a perceber que as mulheres eram capazes de realizar tarefas além das que realizavam no lar e começam a questionar a veracidade das crenças incutidas sobre a capacidade das mulheres. Ou seja, o Destacamento Feminino não só ajudou a mudar a atitude de muitas mulheres, explicando-lhes através das campanhas de mobilização que elas podiam desempenhar um papel na luta armada, como serviu também de base para aceitação da mulher dentro dos

órgãos de tomada de decisão, confirmando-se o que sempre foi defendido pela FRELIMO, de que com o seu empenhamento na luta estaria a trilhar os caminhos para a sua emancipação.

No entanto não pode ser atribuído total mérito da emancipação das mulheres na sociedade moçambicana à criação do Destacamento Feminino, porque se observarmos a partir do disposto neste trabalho, foram as mulheres que reclamaram a sua integração na luta armada, exigindo que lhes fosse dado treino militar. Caso para dizer que se a FRELIMO não tivesse incluído as mulheres, elas teriam sabido emergir à sua maneira pois mais uma vez, como está disposto no texto, elas eram mais exploradas, e de acordo com experiências vividas de muitos casos de revoltas populares, existe um limite para a aceitação do sofrimento. O facto das mulheres se predisporerem a combater, mesmo sabendo que poderiam ser mal vistas por parte da sociedade, deixa transparecer que as mulheres estavam já saturadas de viver oprimidas e queriam fazer fosse o que fosse preciso para mudar essa condição. Desta forma podemos dizer que a criação do Destacamento Feminino pela FRELIMO, durante as lutas de libertação nacional, foi um catalisador daquilo que já era inevitável. De igual modo poderá concluir-se que o Destacamento Feminino poderá ter funcionado como uma ferramenta para regular o movimento de emancipação das mulheres, uma vez que este era controlado pela FRELIMO, que praticamente delimitava o que estas podiam ou não fazer. Mais recentemente, com a aprovação da lei de associações e a implementação do pluralismo político, parece ter havido um desenvolvimento mais espontâneo, emergente da sociedade civil, para atender às questões de igualdade de género através do surgimento de várias associações a trabalhar em prol da mulher.

Não nos deixam dúvidas do notável protagonismo da mulher na sociedade moçambicana, apesar de ainda continuarem a coexistir situações de desigualdade em alguns sectores chave, ressalte-se o setor da educação. No ranking do Gender Gap Report, Moçambique ocupa o 26 lugar de entre os 135 países analisados. É importante frisar o facto de que tanto no que diz respeito às oportunidades económicas, assim como para as oportunidades políticas, Moçambique está acima da média das pontuações, mas como já havia sido referido acima, no sector da educação regista as mais baixas pontuações. Com efeito, isto impossibilita-as de competir em pé de igualdade na procura de empregos que exigem habilitações específicas. Como Hughies (n.d.) defende, quanto mais mulheres ocuparem elevados cargos no mercado de emprego mais forte será o seu potencial de influência política. Além disso, a representatividade das mulheres no parlamento

dependerá da sua representatividade no mercado de trabalho. Em Moçambique, as mulheres são a maioria na massa trabalhadora (se somarmos também os operadores do sector informal), e não há dúvidas de que as mulheres estão bem representadas a nível político, sobretudo no Parlamento. Contudo a questão que se coloca é se elas terão na realidade poder de decisão dentro dos órgãos de tomada de decisão onde se inserem? Esta é uma questão a que este estudo não tem possibilidade de responder.

Para terminar, tendo em conta que a representatividade atual das mulheres nas forças armadas não condiz com o seu contributo durante as lutas de libertação nacional, chega-se à conclusão de que o discurso histórico não se enquadra com a realidade atual, o que por sua vez suscita as seguintes perguntas: porque é que isto acontece? Estarão as jovens de hoje mais empenhadas em outras frentes, designadamente na política? Haverá outras condicionantes para esse afastamento? Investigar, mais aprofundadamente a pouca representatividade das mulheres no efetivo militar de Moçambique, constitui um desafio interessante, para o qual não temos respostas neste trabalho.

5.2. Limitações e Dificuldades da investigação

Além da limitação no número de páginas para a redação deste relatório, constituiu-se como uma grande limitação para este estudo a impossibilidade de deslocamento a Moçambique. Consequentemente, não foi possível efetuar contacto direto com as protagonistas, a fim de explorar os detalhes de suas experiências no Destacamento Feminino. Por esta razão, notaram-se algumas lacunas no que toca às declarações obtidas através de entrevistas, como é o caso da necessidade de esclarecer algumas dúvidas pertinentes originadas a partir das respostas de algumas entrevistadas.

Outro aspecto a considerar diz respeito à impossibilidade de acesso a arquivos, fontes primárias, disponíveis nas prateleiras da Biblioteca Nacional de Moçambique, facto que foi minimizado pela existência de um Centro de Estudos Africanos em Portugal. Observe-se que esta impossibilidade de deslocamento aqui mencionada foi gerada por dificuldades financeiras associadas ao estudo. Por último, cumpre destacar a falta de colaboração por parte de algumas entidades consultadas, na partilha de informação pertinente que condicionou e muito a realização deste estudo.

Bibliografia

Livros

- Carreiras, Helena (1997). *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Curry, Ginette (2004). *Awakening the African Women: The Dynamics of the Change*. Amersham: Cambridge Scholars Press.
- Frias, Sónia (2006). “*Mulheres na esteira homens na cadeira*”? Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Isaacman, Allen e Isaacman, Barbara (1983). *Mozambique: from colonialism to revolution 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Isaacman, Barbara e Stephen, June (1984). *A mulher Moçambicana no Processo de Libertação*. (s.l.): Instituto do Livro e do Disco.
- Machel, Josina (1976). *7 de abril dia da mulher moçambicana*. Porto: Associação Portugal/Moçambique.
- Machel, Samora (1974). *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo* (1973). In S.Machel. *A luta continua: Antologia de discursos do presidente da Frelimo* (pp.55-72). Porto: Edições Afrontamento.
- Maloba, Wunyabari O. (2007). *African women in revolution*. (s/l):Paperback.
- Sarmiento, Manuela (2008). *Guia prático sobre metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertação de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Molyneux, Maxine (2003). *Women's movements in international perspective: Latin America and Beyond*. London: Institute of Latin American Studies
- Mondlane, Eduardo e Machel, Samora (1975). *A Frelimo e a revolução em Moçambique* (Vol.4, pp.141). (Coleção libertação nacional). Lisboa: Edições Maria da Fonte.
- Mondlane, Eduardo (1969). *The Struggle for Mozambique*.(s.l.): Penguin African Library.
- Navailh, Françoise (1995). O modelo Soviético. In G. Duby & M. Pirrot (org.). *História das Mulheres no Ocidente: o século XX* (Vol.5,565, pp.279-307). (A. Durães, A.

- Teles, A.Couto, E.Gonçalves, J.Neves, J.Ribeiro, M.Lourenço, & M. Da Silva, Trad.). Porto: Edições Afrontamento (Obra Original Publicada em 1991).
- Sissa, Giulia (1993). Filosofia do género: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. In G.Duby & M. Perrot (org.). *História das Mulheres no Ocidente: A antiguidade* (vol.1,470, pp. 79-125). (A. Couto, M. Da Silva, M. Torres, M. Gonçalves & T.Joaquin, Trad.). Porto: Edições Afrontamento (Obra original publicada em 1990).
- Thébaud, Françoise (1995). A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In G. Duby & M. Pirrot (org.). *História das Mulheres no Ocidente: o século XX* (Vol.5,565, pp.31-93). (A.Durães, A. Teles, A. Couto, E. Gonçalves, J. Neves, J. Ribeiro, M. Lourenço, & M. Da Silva, Trad.). Porto: Edições Afrontamento (Obra Original Publicada em 1991).

Teses e Dissertações

- Cuambe, Zaida (2010). *Trajétoérias de vida de Mulheres com diferentes níveis de escolaridade*. Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Família e Sociedade, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Madeira, Manuela (1999). *A mulher desmobilizada: um estudo sobre a desmobilização e reintegração da mulher na cidade de Maputo*. Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. Retirado: Março, 21, 2012, de <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1105/1/Ht-050.pdf>
- Morin, Tânia (2009). *Práticas e representações das mulheres na revolução francesa – 1789-1975*. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de mestre em história, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado: Julho, 15, 2012, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01022010-165929/pt-br.php>.

Artigos e Publicações

- African Development Bank (2011). Gender, poverty and environmental indicators in african countries. vol XII, pp. 206-207. Retirado: Março, 16, 2012, de <http://www.afdb.org/en/knowledge/publications/gender-poverty-and-environmental-indicators-on-african-countries/>
- Assembleia da Republica de Moçambique e Associação de Sindicatos Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (s.d.). *Estudo comparativo sobre o perfil dos parlamentos, as suas estruturas orgânicas, distribuição de competências, metodologias de trabalho, tipologia de processos e recursos envolvidos (humanos, tecnológicos, financeiros)*. Retirado: Março, 26, 2012, de http://www.asg-plp.org/upload/cadernos_tematicos/doc_138.doc
- Bagnol, Brigitte (2008). Lovolo e espíritos no sul de Moçambique. In *Análise Social*. Vol. XLIII, 2º, 251-272. Retirado: Julho, 15, 2012, de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218639358J7rHJ9xd4VI53NC9.pdf>
- Bergh-Collier, Edda (2007). *Para a Igualdade de género em Moçambique* (Ernesto Chamo, Solange Jonsson, Trad.) (Ed. Ver.). Retirado: Março, 25, 2012, de http://www.escoladefeminismo.org/IMG/pdf/Genero_em_Mocambique.pdf
- Cruz e Silva, Teresa (2005). *A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua Acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho: o papel da associação dos operadores e trabalhadores e trabalhadores do sector informal*. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho. Retirado: Março, 22, 2012, de <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/assotsi.pdf> (editado pela primeira vez em 2003)
- Força Aérea Portuguesa (1984a). Enfermeiras paraquedistas: um quadro em extinção. *Mais Alto*, nº 231, (Set/Out) 24.
- Força Aérea Portuguesa (1984b). Enfermeiras paraquedistas: um quadro em extinção. *Mais Alto*, nº 231, (Nov/Dez) 22-23.
- Fórum Mulher (2010). *Moçambique galardoado com prémio africano de género*. Retirado, Março, 26, 2012, de http://www.africangenderaward.org/PDF09/Press_Digest/Forum_Mulher_mozambique_award.pdf
- Hausmann, Ricardo; D.Tyson, Laura e Zahidi, Saadia (Org.) (2011). *The Global Gender Gap Report*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum. Retirado: Março, 16,

- 2012, de <http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/global-gender-gap-report-education-2011-en.pdf>
- Hughies, Melanie (n.d.). *Understanding the positive effects of civil war on women's parliamentary representation*. Retirado: Fevereiro, 01, 2012, de http://citation.allacademic.com//meta/p_mla_apa_research_citation/1/8/4/3/7/pages184371/p184371-1.php
- INE (2008). *Mulheres e homens em Moçambique: Indicadores selecionados de género*. Maputo. Retirado: Março, 10, 2012, de <http://www.ine.gov.mz/>.
- Klaveren, Maarten van; Tijdens, Kea; Hughie-Williams, Melanies e Martin, Nuria Ramos (2009). *Visão Geral do Trabalho e Emprego das Mulheres em Moçambique: Projecto Decisões para Toda a Vida relativo ao ODM3 Relatório Nacional N.º 1*. Retirado: Agosto, 10, 2012, de http://www.wageindicator.org/documents/dfl-country-reports/Decisions_for_life-Country_Report-Mozambique-Portuguese.pdf
- Mbambi, Moisés (s.d.). *O alambamento nos direitos africanos*. Retirado: Fevereiro, 13, 2012, de <http://www.fd.ul.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/MbambiMoises1.pdf>
- Mclaughlin, Megan (sd). *The woman warrior: gender, warfare and society in medieval europe*. Retirado: Fevereiro, 14, 2012, de <http://www.megapathdsl.net/~amichaels/girlsclubdocs/McLaughlin%20The%20Woman%20Warrior.pdf>.
- Raimundo, Inês (s.d.). *Women Empowerment in Mozambique: A fiction Move or reality?*. Retirado: Abril, 4, 2012, de <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d97750.doc>
- Ribeiro, Fernando (2005). A invenção dos Heróis: Nação, História e Discursos de Identidade em Moçambique. *Etnográfica*, Vol.IX (2), pp.257-275. Retirado: Abril, 3, 2012, de http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_09/N2/Vol_ix_N2_FBessaRibeiro.pdf
- Santana, Jacimara (2009). A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (*Revista Tempo* 1975-1985). *Sankofa*, nº4,67-87. Retirado: Agosto, 10, 2011, de <http://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa4/a-participacao-das-mulheres>.
- Tvedten, Inge; Paulo, Margarida; Montserrat, Georgina (2008). *Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique*. Relatório CMI,

Bergen, Chr Michelsen Institute. Retirado: Março, 7, 2012, de <http://www.cmi.no/publications/publication/?3326=gender-policies-and-feminisation-of-poverty-in>

Legislação e Regulamentos

AM (2011). NEP nº 520/2011. [policopiado].Lisboa, Academia Militar, 30 de Junho

APA. Normas da American Psychological Association. Retirado: Abril, 3, 2012, de http://www.anpad.org.br/rac/rac_guia_apa.pdf.

Governo de Moçambique (2004). Constituição da República de Moçambique. Retirado: Março, 15, 2012, de http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constituicao_republica/

Governo de Moçambique (2006). *Política de Género e Estratégias de Implementação (PGEI)*. Maputo: (s.e.). Retirado: Março, 8, 2012, de http://www.cipsocial.org/index.php?option=com_eps&task=ver&id=329.

Governo de Moçambique (2008). *Plano Nacional de Acção para a Prevenção e combate à violência contra a mulher (2008-2012)*. Retirado de: Março, 26, 2012, de <http://www.hsph.harvard.edu/population/domesticviolence/mozambique.violence.08.pdf>

Lei 13/92 de 14 de Outubro (1992). *Aprova o acordo geral de paz*. Retirado: Março, 21, 2012, de <http://www.macua.org/blog/AGP.pdf>

Lei n.º29/2009 de 22 de Julho (2009). *Aprova a lei sobre a violência domestica contra a mulher*. Retirado: Setembro, 19, 2012, de http://www.oxfamsol.be/fr/IMG/pdf/lei_sobre_violencia_portugues.pdf

Lei n.º23/2007 de 17 de Julho (2007). *Aprova a lei do Trabalho e revoga a Lei n.º 8/98, de 20 de Julho*. Retirado: Março, 15, 2012, de http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/trabalho/Lei_do_Trabalho.pdf

Sites Consultados

Ducados, Henda (s.d.). *A mulher angolana após o final do conflito*. Retirado: Maio, 15, 2012, de http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/mulher_confl.htm

- Governo de Moçambique (s.d.). Portal do Governo de Mocambique. Retirado: Julho, 14, 2012, de www.portaldogoverno.gov.mz/
- Katerere, Fred (s.d.). Mozambique celebrates its womens heroes. Retirado: Março, 27, 2012, de <http://www.afrol.com/articles/24986>.
- Maputo (s.d.). *Promovidas 14 mulheres a coronel e tenente-coronel nas FADM*. Retirado: Março, 4, 2012, de <http://www.maputo.co.mz/por/content/pdf/23509>
- Ministério da Administração Estatal (s/d). Portal do Ministério da Administração Estatal. Retirado: Julho, 14, 2012, de <http://www.mae.gov.mz/>
- Moçambique TV (s.d.). *50 Anos da Frelimo [Entrevista com Francisca Dhlakama]*. Retirado: Maio, 8, 2012, de <http://www.mocambique.tv/2012/02/14/50-anos-da-frelimo-francisca-dhlakama-14/>
- Soares, João (1991). *A Mulher e as Forças Armadas: Igualdade de Oportunidades na Profissão Castrense*. Retirado: Fevereiro, 5, 2012, de http://www.apf.pt/uf/uf_0301.html.
- Souza, Itamar (2003). *A mulher e a revolução francesa: Participação e frustração*. Revista da FARN, Natal, v.2, n.2,111-124. Retirado: Fevereiro, 5, 2012, de <http://www.revistafarn.inf.br/revistafarn/index.php/revistafarn/article/view/81/93>.
- Tétreault, Mary Ann (1994). *Women and revolution in África, Ásia, and the New World*. Columbia: Author. Retirado: Março, 16, 2012, de <http://books.google.pt/books?id=X95R043HBJwC&lpg=PA59&ots=zqOBkqrrl7&dq=Women%20and%20revolution%20in%20%C3%81frica%2C%20%C3%81sia%2C%20and%20the%20New%20World&hl=pt-PT&pg=PA59#v=onepage&q=Women%20and%20revolution%20in%20%C3%81frica,%20%C3%81sia,%20and%20the%20New%20World&f=true>
- WLSA (2003). *Violência contra as mulheres: entre o relativismo cultural e a lei*. Retirado: Março, 26, 2012, de http://www.wlsa.org.mz/?__target__=Tex_ViolenciaRelativ
- Notícias (2009, Abril 07). *Emancipação já e visível - consideram cidadãos inquiridos pelo notícias*. Retirado: Junho, 21, 2012, de <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/698408>
- Verdade (2009, Dezembro 1). *Mulher destaca-se na Academia Militar Samora Machel*. Retirado: Setembro, 4, 2011, de <http://verdade.co.mz/mulher/7251-mulher-destaca-se-na-academia-militar-samora-machel>
- Diáriomoz (2011, Setembro 20). *Primeiras onze boinas vermelhas das FADM graduadas em Nacala*. Retirado: Fevereiro, 5, 2012, de

http://www.diariomoz.com/index.php?option=com_content&view=article&id=12742:primeiras-onze-boinas-vermelhas-das-fadm-graduadas-em-nacala&catid=34:sociedade&Itemid=53

Moçambique para todos (2012, Fevereiro 26). *45 Anos do Destacamento Feminino: Sonho da Mulher Está a concretizar-se*. Retirado: Abril, 30, 2012, de http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/02/45-anos-do-destacamento-feminino-sonho-da-mulher-est%C3%A1-a-concretizar-se.html

Moçambique para todos (2012, Março 5). *45 Anos do Destacamento Feminino: celebrar o heroísmo da mulher*. Retirado: Abril, 30, 2012, de http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/03/45-anos-do-destacamento-feminino-celebrar-o-hero%C3%ADsmo-da-mulh.html

Angola Press (2012, Março 07). *FAA: General Nunda enaltece desempenho da mulher nas Forças Armadas Angolanas*. Retirado: Junho, 23, 2012, de http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2012/2/10/General-Nunda-enaltece-desempenho-mulher-nas-Forcas-Armadas-Angolanas,1ca7045f-a284-4907-a086-9bf441139581.html

Sapo Notícias (2012, Maio 3). *Aumenta nível de participação da mulher nas forças armadas*. Retirado: Maio, 13, 2012, de <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/464003052012155601.html>

TIM (2012, Maio 8). *FADM tem apenas 5% de mulheres nas suas fileiras*. Retirado: Maio, 13, 2012, de <http://www.tim.co.mz/Noticias/Nacional/FADM-tem-apenas-5-de-mulheres-nas-suas-fileiras>

APÊNDICES

Apêndice A – Guião de Entrevistas

Caracterização da entrevistada:

Nome (completo)

Idade,

Escolaridade,

Local de nascimento,

Situação atual (o que faz atualmente, estado civil)

Percurso:

1. Como tomou conhecimento do movimento da luta armada?
2. Que idade tinha quando ingressou?
3. Que funções desempenhava quando entrou?
4. Que funções desempenhou ao longo do tempo na luta armada?
5. Como foi essa participação vista pelos outros, pela família, pela comunidade, dentro do próprio movimento?
6. Havia restrições ao que as mulheres podiam ou não fazer?
7. De quando a quando esteve no movimento?
8. O que fazia antes de ingressar?
9. O que passou a fazer depois?
10. Que papel teve a participação das mulheres na luta armada para a igualdade de género?
11. Considera-se recompensada pelo papel que teve?
 - a. Mais, igual ou menos do que a generalidade das mulheres que também participaram?
 - b. Mais, igual ou menos do que a generalidade dos homens que também participaram?
12. Que aspetos a fazem sentir recompensada, ou menos recompensada?
13. Na sociedade moçambicana atual, o que acha que esteja bem e mal a respeito da igualdade de género?
14. Considera haver uma valorização da participação feminina na luta?
15. Tem desenvolvido alguma atividade em prol da emancipação atualmente?

Apêndice B – Entrevista com a Senhora Rita Xavier Maculene Namarucha

Idade: 55 Anos

Local de Nascimento: Mongué, Milange, Zambézia

Escolaridade: 4ª Classe

Situação Atual: Estado Civil: Viúva; Formação Profissional: Enfermeira, Trabalhou no Otorrino e atualmente na ELAT⁷³

1. Tomei conhecimento através do meu Pai. Que era religioso, ele sabia da existência da luta armada na Tanzânia. E mobilizava muitas pessoas para lá. A noite vinham tomar refeições em casa, a minha mãe é que preparava com ajuda dos irmãos da igreja Adventista do 7º dia, contribuía. Na nossa casa eram preparadas as refeições, esta mobilização era feita secretamente e muitos aderiram.
2. Tinha 14 anos de Idade, estava ainda a estudar quando ingressei, quando resolvi seguir meu Pai. Ele ia e voltava, mantinha contacto com os guerrilheiros.
3. Entrei como continuador, fiquei como estudante, estava no grupo cultural em Tanzânia.
4.
5. Esta participação vista pelos outros, muitos concordavam e uns entregavam-se também visto que a situação não era das melhores.
6. Tudo era igual para todos, não havia restrições ao que as mulheres podiam ou não fazer.
7. Ingressei na luta armada em 1973 e até a desmobilização nos anos 80 (1980).
8. Eu estava estudar na altura.
9. Depois da desmobilização passei a dedicar-me a minha profissão que é enfermagem afecta no hospital militar de Maputo, la onde trabalho até hoje e me ocupo na organização da mulher moçambicana (OMM), como membro ativo.
10. A participação das mulheres na luta armada teve um papel muito importante:

As mulheres passaram a trabalhar ao lado dos homens, tudo que os homens podiam fazer as mulheres também podiam.

As mulheres assumiram que afinal não eram incapazes de fazer tudo que os homens podiam fazer. Antes as mulheres eram oprimidas, a mulher lutou e pôde conquistar a sua emancipação, tudo começou na luta armada.

⁷³ Estratégia de luta Anti-Tuberculose

Na altura as mulheres não podiam participar nas reuniões com os homens, tudo era segredo, mas da luta armada ate agora as mulheres podem participar e falam.

Assim como nos assuntos que eram só para os homens mas agora as mulheres tem palavra:

A mulher era vista como inferior, na luta armada notabilizou a valentia das mulheres pela sua coragem, firmeza e prontidão. Os homens descobriram o grande valor que a mulher tem.

Descobriram que as mulheres não servem só para cuidar das crianças e maridos e machambas. Elas podem muito mais porque a instrução da mulher eles passaram a ganhar mais.

11. Sim considero-me recompensada pelo papel que tive na luta armada.

11.1. Mas tudo é uma questão de saber fazer o que é certo no momento certo, sou muito feliz na recompensa porque passei a ter conhecimento da nossa realidade como moçambicana estou bem informada e aprendi muito.

11.2. Igual, apenas os homens não souberam usufruir das suas recompensas, tudo ficou nas bebidas.

Muitos bebem muito e há muita coisa que fica para traz, seu valor como um combatente da luta armada, sua autoestima, sua dignidade como Pai, como Moçambicano em alguma coisa é afectada a sua recompensa. Há alguns que sabem na verdade e aprenderam na luta armada.

12. Aspectos que me fazem sentir mais recompensada, independência, como Moçambicana, como mulher também sou independente: faco o que eu quero, na hora que eu quero tenho o que preciso, trabalho, vivo bem o mínimo que posso desejar. Como o país esta em crescimento também sinto-me a crescer.

13. A respeito da igualdade de género na sociedade moçambicana a ambição desmedida, uns querem tudo eles esquecem-se dos outros mas estamos a caminhar.

14. Considero sim, considero. Como podemos ver ate no governo a mulher esta la, no nosso país as mulheres estão em toda parte, em todos os sectores.

15. Sim. Na OMM, como membro, como combatente.

Espero que tenha ajudado no pouco que fiz e estou fazendo por este pais nosso, linda e bela pátria amada Moçambique.

Apêndice C – Entrevista com a Senhora Lúcia Wiliamo

Idade: 58 anos

Local de Nascimento: Niassa – Metangula

Escolaridade: nenhuma

Situação Atual: Estado Civil: Casada;

1. Os pais mandavam dar alimentos os militares no mato
2. 10 Anos
3. Eu, brincava ou cuidava das crianças, cozinhar
4. Ia a machamba com os pais
5. Quando estivemos na machamba, veio um grupo de militares, tirávamos mapira e mexoeira, disseram-nos para não ter medo, que eram amigos, demos mapira a eles e disseram que quando alguém perguntar por eles que disséssemos que não vimos ninguém.
6. No princípio sim, os homens é que iam ao reconhecimento, a volta os homens iam dar informação. Mas depois mudou.
7. 1996_ Como alguém e deixei em 1971
9. Trabalhei no hospital militar
10. Mudou alguma coisa
11. Estou satisfeita
- 11.a. mais recompensada
- 11.b. Estamos iguais
12. A mulher sempre é mulher, mas tem que pedir opinião ao homem ou o homem a mulher.
13. Maneira de viver dos nossos filhos
14. Esta muito a frente, sinto que há continuidade
15. A dois anos que não participo na OMM e vou voltar.

Apêndice D – Entrevista com a Senhora Lúcia Nsuatchi

Idade: 54 anos

Local de Nascimento: Niassa – Lago Niassa Metangula

Escolaridade: 4ª Classe

Situação Atual: se encontra em situação de Reformada

1. Soube com meus Pais
2. 17 Anos
3. Levar material a fronteira da Tanzânia para fornecer os militares
4. Não foi muito contestado porque a vida não era das melhores
5. Não era fácil porque tem que amarar o coração, ver pessoas a sofrer, mas lutávamos pelo País.
6. Não havia problemas, trabalhávamos juntos
7. Entrei em 1969 sai em 2001
8. Antes da guerra fazia trabalhos de casa, machamba, escola
9. Participo nas reuniões
10. Senti bem porque estivemos a trabalhar juntos, havia união
11. a. Eu gostei, valeu a pena
b. Sim, gostei, valeu a pena
12. Eu estou a viver bem, o pouco que me dão, estou a viver bem.
13. Pode ser diferente, mas sempre existe
14. Sim
15. Sim

Apêndice E – Entrevista com a Senhora Georgina João Suelita

Idade: 55 anos

Local de Nascimento: Niassa-Metangula

Escolaridade: 6ª Classe

Situação Atual: Trabalhou como gerente do centro social dos antigos combatentes

1. Tomei conhecimento através dos meus Pais. A população da minha zona dedicava-se muito no apoio da Frente de Libertação de Moçambique.
2. Tinha 9 anos quando comecei a participar como população mas tudo na clandestinidade. Nas zonas libertadas em 1964.
3. Em 1971 ingressei nas fileiras da libertação, como aluna na escola da FRELIMO no centro piloto de Madjedje.
4. Naquela altura, aluna na escola da FRELIMO tinha como função transportar o material da guerra e ajudar na mobilização de jovens para a frente de libertação e continuar a estudar.
5. Quando entrei quase todos aderiram na participação ao apoio as forças da frente de libertação de Moçambique por isso não havia maneira para contestação por parte dos outros.
6. Não havia restrição, foi muito bonita a colaboração entre homens e mulheres. NB: para a alínea 4. Estive nas zonas libertadas desde 1964. Estudava a participar nas atividades do movimento transportando o material da Tanzânia para Moçambique tais como: armamento, material de saúde, material da educação. Até aqui ainda fazia parte da população. Em 1971 fui para o centro piloto Madjedje.
7. Entrei em 1971 e fui desmobilizada 3m 1979.
8. Estudava e fazia parte da população que transportava o material no distrito de Metangula.
9. Estive a trabalhar no hospital militar, passei a trabalhar no estado-maior e depois passei a reforma em 2006.
10. Ninguém acreditava porque o presidente Samora Machel começou a nomear as comandantes, suas adjuntas e comissárias do destacamento feminino. Resolvia os problemas entre nos, éramos capazes disso.

11. Considero-me recompensada. A) Houve algumas esquecidas mas foi falta de comunicação com as estruturas na província. B) Tanto os homens quanto as mulheres saíram recompensadas.
12. Hoje passo a gerir os meus negócios, estou muito bem, não dependente.
13. Acho que sim porque até há divulgação da igualdade do género. Nas empresas, nos bairros e na família a mulher tem o seu espaço, tem direito a palavra, os homens também consultam as mulheres.
14. Acho que sim há continuidade muito mais.
15. Sim, faço parte da OMM.

Tenho que agradecer o destacamento feminino que leve avante, entrem nas fileiras os que estão de fora.

Muito obrigada, depois de nós há ainda muita gente a ingressar nas fileiras de destacamento feminino e ocupam postos consideráveis.

Apêndice F – Entrevista com a Senhora Fátima Makono Sanzou

Idade: 54 anos

Local de Nascimento: Província de Manica

Escolaridade: 6ª Classe

Situação Atual: Estado Civil: Viúva; Situação profissional: Na reserva

1. Tomei conhecimento na zona acompanhando a movimentação dos camaradas. Diziam que eram da FRELIMO que queriam a união para os mesmos interesses.
2. Tinha 21 anos
3. Entrei como militar, comecei a fazer trabalhos com os camaradas, carregando armas, no transporte do material.
4. Depois, escolhida para Tanzânia para estudar. Para ser instrutora do campo-Nachingueia e dei continuidade em Moçambique. 7 de Setembro saiu para Moçambique. Chegamos na base central, trabalhei como comissária mobilizando as populações.
5. Minha família, não estava satisfeita e outras pessoas por causa da nossa mobilização começaram a entender e a se engajar.
6. Não fazia todos o mesmo trabalho.
7. Entrei em 72 sai em 1980, desmobilizada. Passei a ser somente membro do destacamento feminino e OMM e dos antigos combatentes.
8. Era camponesa, ajudava meu Pai. Tentei estudar e logo fui a tropa.
9. Membro da ACLAM (Associação dos Combatentes da Luta Armada) executamos os trabalhos da associação.
10. Fui exemplar para todas mulheres e os homens, foi exemplar para todos a participação da mulher na luta armada.
11. Sim, considero-me recompensada.
 - a) Igual a maioria das mulheres.
 - b) Mais as mulheres.
12. Porque a mulher não considerava capaz de fazer ou liderar uma frente ou instituição.
13. Atualmente esta bem porque a mulher tem palavra na sociedade.

14. Continue, na luta terá ainda mulher na defesa nacional. Luta contra a pobreza, que enferma a sociedade.
15. Estou na OMM, tenho participado em atividades da mulher Moçambicana, sou membro da organização.

Apêndice G – Entrevista com a Senhora Maluisa Thapuleta

Idade: 56 Anos

Local de Nascimento: Tambara, Província de Manica

Escolaridade: 3ª Classe

Situação Profissional Atual: Estado Civil: Viúva; Profissão: Membro da OMM – Central

1. Chegavam nas casas mobilizando as pessoas
2. Nessa altura tinha 18 anos de idade/1973
3. Carregava material, combatia para libertar o seu País
4. A mesma resposta do nº3
5. A família ficava satisfeita
6. Não havia restrição das tarefas
7. Foi desmobilizada em 1980
8. Fazia trabalhos da Machamba
9. _____
10. _____
11. Valeu a pena a sua participação, as mulheres estão devidamente integradas na óptica da entrevistada.
12. Esta satisfeita porque tem um filho que estuda na UEM a custo do estado. Já tem crianças que concluíram.
13. Há mulheres ministras, mulheres na Assembleia da Republica. As velhas estão integradas, realizam-se casamentos sob a responsabilidade do estado.
14. _____
15. É membro da OMM/ACLIN (Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional), continua a engajar-se nas tarefas da FRELIMO. Sempre esta a trabalhar. Há uma necessidade de construir casas para os antigos combatentes.

Apêndice H – Entrevista com o Senhor André Soares Wiliamo

Idade: 60 anos

Local de Nascimento: Mitange – Zambézia

Escolaridade: 9ª classe

Situação Profissional Atual: Aposentado; Estado Civil: Casado; Formação profissional:

Enfermeiro geral e administração de enfermagem

1. Na altura da guerra vivia perto de Malawi e tomou conhecimento através de ativistas em 1965.
2. Tinha 18 anos de idade
3. Primeiro praticou treino como guerrilheiro.
4. Ao longo do tempo, em 1969 prestou curso de enfermagem que passou a exercer essa atividade ate a sua aposentação.
5. Quando o destacamento feminino entrou, havia dúvida sobre sua participação. Como era possível juntar homens e mulheres, mas com o passar do tempo a dúvida foi dissipada.
6. Não havia divisão em termos de tarefas entre a mulher e o homem cumpriam as mesmas tarefas.
7. Passou a reforma em 2005
8. Depois de concluir o ensino primário passou a trabalhar no Malawi
9. Neste momento não faz nada
10. A mulher contribuiu bastante na igualdade da guerra e até hoje continua a contribuir para o desenvolvimento do País.
11. Considera-se recompensado com o papel que faz
 - a) Há igualdade entre o homem e a mulher.
12. Tem habitação, pensão em dia
13. Construção de casas para os antigos combatentes.
14. A mulher continua a participar em todos os aspectos
15. É membro do partido e contribui para a emancipação da mulher.

ANEXOS

Anexo A – Mulheres no ensino, mercado de trabalho e política

Tabela A.1: Estatísticas de educação entre 1970-2010

| | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--|------|------|-------|------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Taxa de Analfabetismo de adultos (%) | | | 72,9 | | | | | | | 46 | | |
| Feminino | | | 87,9 | | | | | | | 59,9 | | |
| Masculino | | | 56 | | | | | | | 30,5 | | |
| Taxa bruta de escolarização no ensino primário | 39,7 | 57,4 | 112 | 84,5 | 62,9 | 66,2 | 74,9 | 101,4 | 109,8 | 114,1 | 114,4 | 115,7 |
| Feminino | 26,7 | | 93,7 | 73,8 | 54,1 | 55,5 | 64,4 | 92,7 | 102,1 | 106,8 | 108,1 | 109,6 |
| Masculino | 53,8 | | 130,4 | 95,3 | 71,7 | 76,9 | 85,4 | 110 | 117,4 | 121,3 | 120,7 | 121,7 |
| Taxa bruta de Escolarização no ensino secundário | 4,1 | | 5,4 | 7,1 | 6,1 | 7,3 | 6,1 | 13,2 | 18,3 | 20,6 | 23,4 | 15,5 |
| Feminino | 3,1 | | 2,9 | 4,4 | 5 | 5,6 | 4,7 | 10,8 | 15,4 | 17,6 | 20,6 | 22,9 |
| Masculino | 5,2 | | 7,9 | 9,8 | 8,9 | 9,1 | 7,5 | 15,7 | 21,2 | 23,5 | 26,2 | 28 |

Fonte: Adaptado de African development Bank (2011, pp.206-207)

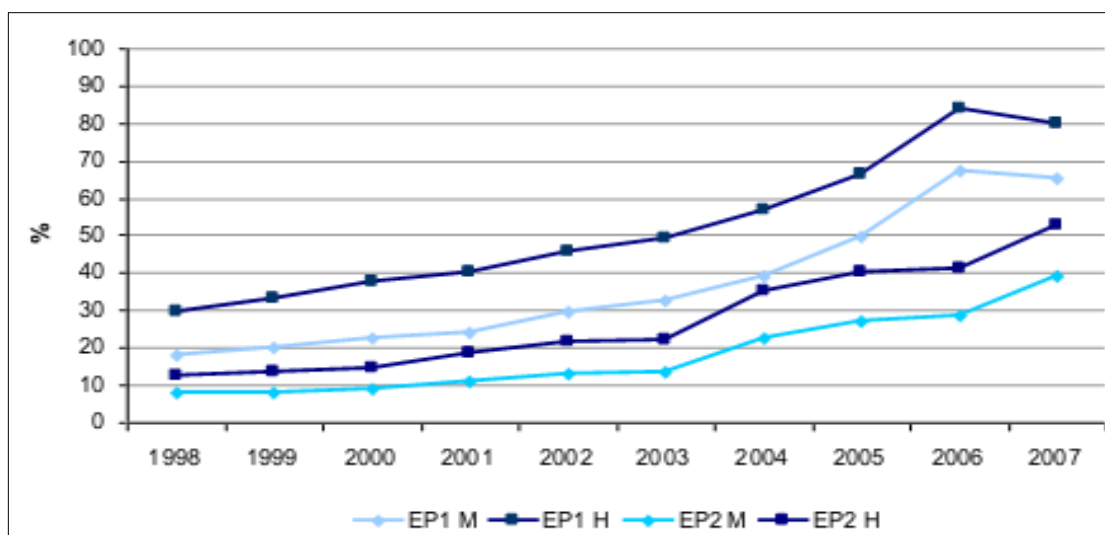


Gráfico A.1: Taxas de conclusão na escola primária

Fonte: MEC – Levantamento Escolar, vários anos apud INE (2008, p.53)

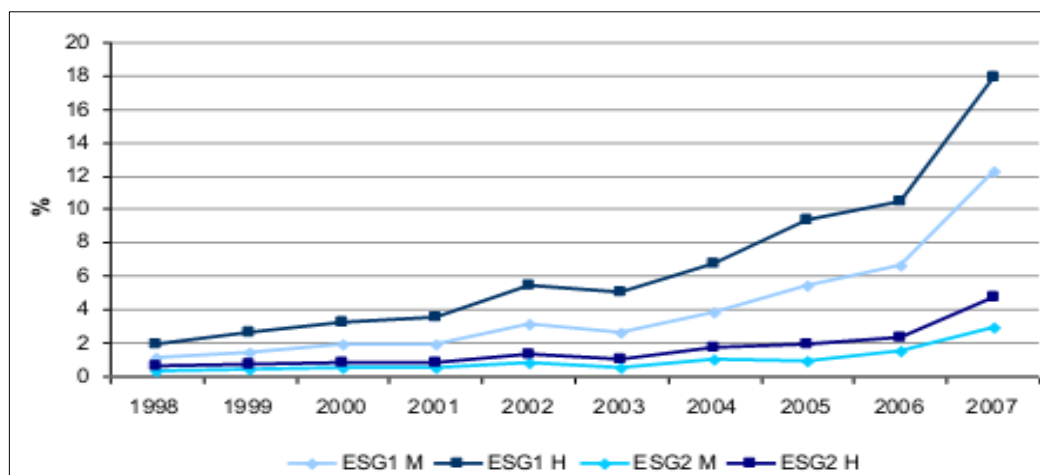


Gráfico A.2: Taxas de conclusão na escola secundária
 Fonte: MEC – Levantamento Escolar, vários anos apud INE (2008, p.54)

Tabela A.2: Dados relativos ao ensino superior em 2006

| | Matriculados | % | Graduados | % | Taxa de Aproveitamento |
|--------------|--------------|-------|-----------|-------|------------------------|
| Mulheres | 14 772 | 34,17 | 1744 | 38,01 | 11,81 |
| Homens | 28 461 | 65,83 | 2836 | 61,81 | 9,96 |
| Total | 43 233 | | 4588 | | |

Fonte: Adaptado de INE (2008, p.57)

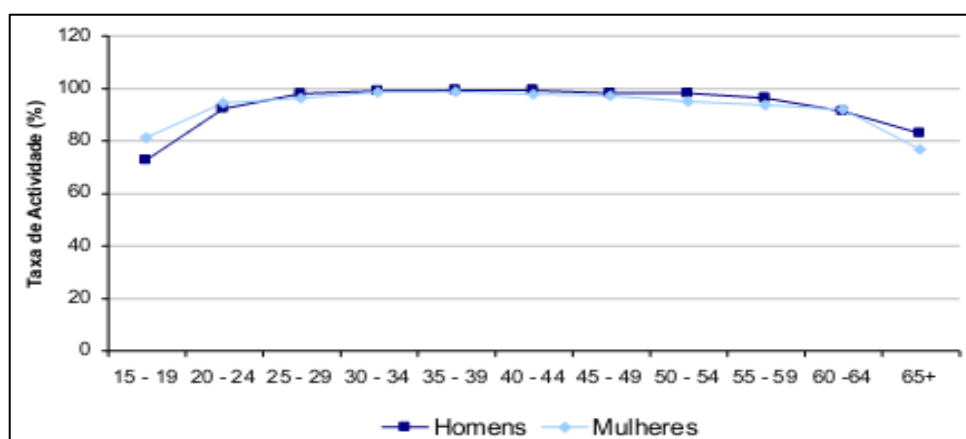


Gráfico A.3: Taxas específicas de atividade por sexo, 2005
 Fonte: INE – INFTRAB 2005 apud INE (2008,p.33)

Tabela A.3: Percentagem de mulheres na população economicamente activa

| | 2005 | 2007 | 2008 | 2008 | 2010 |
|---------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Total (000) | 10040,9 | 10507,5 | 10749,7 | 11003,4 | 11261,3 |
| % Feminina | 52,5 | 52,2 | 52,1 | 52 | 51,8 |
| % Agrícola | 78,6 | 78 | 77,7 | 77,4 | 77,1 |
| % Agrícola Feminina | 51,1 | 50,8 | 50,6 | 50,4 | 50,2 |

Fonte: Adaptado de African Development Bank (2011, p. 2007)

Tabela A.4: População economicamente activa por posição no processo laboral e tipo remuneração em 2005

| | % Mulheres | % Homens |
|-----------------------------------|------------|----------|
| Emprego | | |
| No Sector Público | 7 | 2 |
| No Sector Privado | 12 | 2 |
| Por Conta Própria | 57 | 69 |
| Outros empregos ⁷⁴ | 40 | 12 |
| Remuneração | | |
| Em dinheiro ou em Espécie | 5,8 | 22,2 |
| Trabalho familiar sem remuneração | 37,8 | 9,1 |
| Remuneração por conta própria | 56,5 | 68,7 |

Fonte: Adaptado de INE – INFTRAB 2005 apud INE (2008, pp.39-42)

Tabela A.5: Taxas de emprego segundo características seleccionadas em 2005

| Indicadores Seleccionados | Taxa de Ocupação | | |
|-----------------------------|------------------|-------------|-------------|
| | Total | Mulher | Homem |
| Área de Residência | | | |
| Urbana | 58,2 | 62,8 | 54,1 |
| Rural | 83,4 | 86,2 | 81,3 |
| Região | | | |
| Norte | 78 | 82,7 | 73,9 |
| Centro | 77,6 | 80,9 | 75 |
| Sul | 66,3 | 65,2 | 67,1 |
| Nível de Educação | | | |
| Nenhum | 81 | 85,8 | 79,5 |
| Primário do 1 grau | 79,3 | 84 | 74,9 |
| Primário do 2 grau | 62,7 | 69,3 | 52,3 |
| Estado Civil | | | |
| Solteiro (a) | 47,4 | 48,4 | 45,7 |
| Casado (a) | 83,5 | 91,1 | 76,7 |
| União Marital | 82,4 | 90,8 | 75,5 |
| Divorciado (a)/Separado (a) | 81,8 | 85,1 | 83,2 |
| Viúvo | 78,6 | 72,4 | 79,3 |
| Total | 74,6 | 77,6 | 72,3 |

Fonte: INE – INFTRAB 2005 apud INE (2008, p.37)

⁷⁴ Aqui é onde se enquadram os trabalhadores do sector informal

Tabela A.6: Distribuição percentual da população economicamente ativa por ramos de atividades em 2005

| Ramos de Atividade | Total | Mulher | Homem |
|---|-------|--------|-------|
| Agricultura, pecuária, caca, pesca e silvicultura | 78,5 | 87,3 | 68 |
| Indústria extrativa | 0,3 | 0 | 0,6 |
| Industria Transformadora | 3,1 | 1,2 | 5,4 |
| Energia, água e construção | 1,2 | 0,1 | 2,6 |
| Comércio e reparação de veículos | 9,2 | 7 | 11,7 |
| Transporte e comunicações | 0,8 | 0,1 | 1,6 |
| Serviços | 2,9 | 2 | 3,9 |
| Administração | 1,7 | 0,7 | 2,9 |
| Educação | 1,6 | 1 | 2,3 |
| Saúde e Ação social | 0,7 | 0,5 | 0,8 |

Fonte: INE – INFTRAB 2005 apud INE (2008, p.40)

Tabela A.7: Taxas de desemprego por área de residência segundo grupos etários em 2005(%)

| Idade | Total | Total | | Urbana | | | Rural | | |
|-------|-------|--------|----------|--------|--------|----------|-------|--------|----------|
| | | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| 15-19 | 36,8 | 36,9 | 36,7 | 56,8 | 53,4 | 60,1 | 26,4 | 26,8 | 26,1 |
| 20-24 | 27,2 | 22,8 | 30,2 | 45,1 | 38,4 | 50,8 | 16,6 | 11,6 | 19,7 |
| 25-29 | 19,6 | 12,6 | 24,8 | 30,9 | 23,4 | 37,3 | 14 | 6,6 | 19,1 |
| 30-34 | 15,1 | 8 | 20,6 | 22,3 | 12,1 | 30,5 | 11,9 | 6,3 | 16,3 |
| 35-39 | 11,1 | 7,1 | 13,8 | 18,9 | 12,2 | 24 | 7,7 | 4,6 | 9,6 |
| 40-44 | 10,3 | 5,6 | 14,6 | 14,5 | 10,3 | 18,7 | 8,1 | 3 | 12,5 |
| 45-49 | 9,6 | 6,3 | 12,3 | 13,9 | 10,9 | 16,9 | 7,7 | 3,7 | 10,5 |
| 50-54 | 8,2 | 6,1 | 9,9 | 15 | 11,4 | 18,5 | 5,3 | 3,7 | 6,6 |
| 55-59 | 7,4 | 6,3 | 8,3 | 13,3 | 11,5 | 15 | 5,5 | 4,3 | 6,3 |
| 60-64 | 9,2 | 7 | 11,1 | 15,9 | 13,8 | 17,6 | 7,2 | 5 | 9 |
| 65+ | 8,2 | 5,9 | 10,4 | 15,3 | 13,1 | 17 | 6,5 | 4,2 | 8,5 |
| Total | 18,7 | 14,7 | 21,7 | 31 | 25,6 | 35,7 | 12,9 | 9,1 | 15,7 |

Fonte: INE – INFOTRAB 2005 apud INE (2008, p.44)

Tabela A.8: Trabalhadores e operadores do sector informal, estimativas de fevereiro de 2002

| | |
|----------|-------|
| Mulheres | 13066 |
| Homens | 7922 |
| Total | 20988 |

Fonte: Quadro organizado com base nos dados da ASSOTSI apud Frias (2006, p.244)

Tabela A.9: Número de mulheres por cargos na função pública, dados de 1997, 2006 e 2012

| Cargos | | Mulheres em 1997 | Total (Homens e Mulheres em 1997) | Mulheres em 2006 | Total (Homens e Mulheres em 2006) | Mulheres no Atual governo | Total (Homens e Mulheres no Atual Governo) | Mulheres no Atual governo (%) |
|------------------------------|----------------------------------|------------------|-----------------------------------|------------------|-----------------------------------|---------------------------|--|-------------------------------|
| Governo | Ministros | 1 | 23 | 6 | 26 | 8 | 29 ⁷⁵ | 27,6 |
| | Vice-Ministros | 3 | 18 | 4 | 15 | 5 | 22 | 22,7 |
| Parlamento | Assembleia da Republica | 70 | 250 | 89 | 250 | 93 | 250 | 37,2 |
| Partidos Políticos | Frelimo | | | 69 | 140 | 70 | 160 | 43,8 |
| | Renamo União Eleitoral | | | 40 | 110 | 23 | 90 | 34,3 |
| Governo Provincial | Governadores Provinciais | 0 | 10 | 2 | 11 | 3 | 11 | 27,3 |
| Governo Local | Presidente do Conselho Municipal | 0 | 0 | 1 | 33 | 3 | 43 | 7 |
| | Administradores Distritais | 3 | 128 | 26 | 128 | 35 | 140 | 25 |
| Funcionários Públicos | Secretario Permanente | 2 | 17 | 6 | 17 | ⁷⁶ | | |
| | Diretor Nacional | 23 | 164 | 33 | 174 | | | |
| | Diretor Nacional Adjunto | 12 | 71 | 12 | 71 | | | |
| | Chefe de Departamento | 148 | 768 | 148 | 768 | | | |
| | Chefe de Repartição | 157 | 556 | 157 | 189 | | | |
| | Chefe de Secção | | | 297 | 919 | | | |
| | Embaixadores | 2 | 14 | 3 | 14 | | | |
| Poder Judiciário | Juízes | | | 18 | | | | |
| | Procurador-Geral | 0 | | 0 | 1 | | | |
| | Procuradores-Gerais Adjuntos | 0 | | 1 | 4 | | | |
| | Magistrados | | | | | | | |
| Militares | Oficiais | 6 | | 24 | 162 | | | |

Fonte: Adaptado de DNM/MMAS, 8 de Marco de 2006 apud Bergh-Collier (2007, p.59), www.portaldogoverno.gov.mz/ ; www.mae.gov.mz; Assembleia da Republica de Moçambique e Associação de Sindicatos Gerais dos Parlaentos de Língua Portuguesa (s.d.)

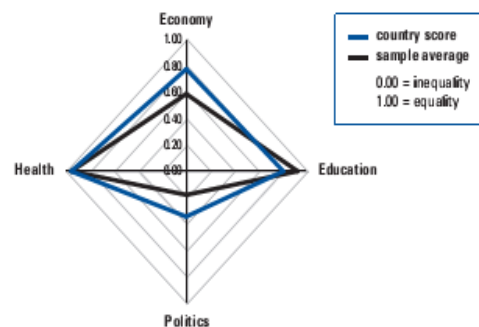
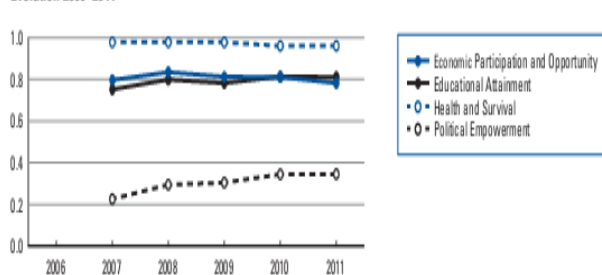
⁷⁵ Neste número está incluído o primeiro-ministro

⁷⁶ A parte pintada a cinzento simboliza a inexistência de dados

Anexo B – Dados do Global Gender Report (2011)

| | Rank | Score | Sample average | Female | Male | Female-to-male ratio | |
|---|------------|--------------|----------------|--------|-------|----------------------|--|
| Gender Gap Subindexes | | | | | | | |
| Economic Participation and Opportunity | 9 | 0.782 | 0.588 | | | | |
| Labour force participation..... | 3 | 0.99 | 0.68 | 86 | 87 | 0.99 | |
| Wage equality for similar work (survey)..... | 65 | 0.66 | 0.65 | — | — | 0.66 | |
| Estimated earned income (PPP US\$)..... | 15 | 0.76 | 0.52 | 767 | 1,010 | 0.76 | |
| Legislators, senior officials, and managers..... | — | — | 0.26 | — | — | — | |
| Professional and technical workers | — | — | 0.64 | — | — | — | |
| Educational Attainment | 124 | 0.812 | 0.928 | | | | |
| Literacy rate..... | 128 | 0.59 | 0.86 | 41 | 70 | 0.59 | |
| Enrolment in primary education..... | 122 | 0.94 | 0.98 | 90 | 95 | 0.94 | |
| Enrolment in secondary education..... | 112 | 0.90 | 0.90 | 15 | 17 | 0.90 | |
| Enrolment in tertiary education..... | 121 | 0.49 | 0.86 | 1 | 2 | 0.49 | |
| Health and Survival | 111 | 0.961 | 0.956 | | | | |
| Sex ratio at birth (female/male)..... | 1 | 0.94 | 0.92 | — | — | 0.98 | |
| Healthy life expectancy | 118 | 1.00 | 1.04 | 42 | 42 | 1.00 | |
| Political Empowerment | 12 | 0.346 | 0.185 | | | | |
| Women in parliament..... | 9 | 0.64 | 0.22 | 39 | 61 | 0.64 | |
| Women in ministerial positions | 35 | 0.35 | 0.18 | 26 | 74 | 0.35 | |
| Years with female head of state (last 50) | 14 | 0.13 | 0.16 | 6 | 44 | 0.13 | |

Evolution 2006-2011



Anexo C – Gender Gap - Ranking dos países da África Austral + Portugal

Gender Gap Subindexes

| País | Classificação Geral | Economic Participation and Opportunity | Educational Attainment | Health and Survival | Political Empowerment |
|---------------------------|---------------------|--|------------------------|---------------------|-----------------------|
| Swazilândia ⁷⁷ | | | | | |
| Lesoto | 9 | 2 | 1 | 1 | 35 |
| África do Sul | 14 | 58 | 86 | 102 | 9 |
| Moçambique | 26 ⁷⁸ | 9 | 124 | 111 | 12 |
| Namíbia | 32 | 31 | 34 | 105 | 41 |
| Portugal | 35 | 59 | 55 | 71 | 34 |
| Malawi | 65 | 45 | 112 | 100 | 44 |
| Botswana | 66 | 37 | 1 | 126 | 111 |
| Madagáscar | 71 | 52 | 91 | 81 | 93 |
| Angola | 87 | 96 | 126 | 1 | 24 |
| Zimbabwe | 88 | 66 | 102 | 129 | 75 |
| Maurícias | 95 | 105 | 74 | 1 | 86 |

Fonte: organização própria, com base no Global Gender gap report 2011

⁷⁷ Sem dados disponíveis nesta publicação

⁷⁸ Com uma pontuação de 0.75 numa escala onde 0.00 significa desigualdade e 1.00 significa igualdade.